

# Sumário

Número de notícias: 35 | Número de veículos: 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Zerar IOF no câmbio tirará R\$ 19 bi da arrecadação ..... 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Emigrantes em dia com a Receita (Artigo) ..... 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Antecipação do 13º dos segurados e saques do FGTS ..... 7

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

"Pacote de bondades" tem 13º do INSS e R\$1 mil de FGTS ..... 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

A guerra da reeleição de Bolsonaro - VINICIUS TORRES FREIRE ..... 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo inicia redução gradual do IOF sobre câmbio para atender OCDE, mas pode voltar  
atrás ..... 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SERVIDOR PÚBLICO

Caixa e BB liberam novo lote do abono salarial do PIS/Pasep ..... 13

O GLOBO - RJ - BRASIL  
SERVIDOR PÚBLICO

Tiro no pé da fiscalização ..... 14

O POPULAR - GO - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Aposentadoria pesa 40% na folha, diz presidente do TCM ..... 15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Privatizar ou não? e como? ..... 17

O GLOBO - ON LINE - RJ - ANCELMO GOIS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Taxação de livros volta a ameaçar o setor cultural ..... 18

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

CCJ do Senado volta a analisar reforma tributária nesta quarta (16) ..... 19

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Controlar preço dos combustíveis mostra que o Brasil vive sempre no passado ..... 21

RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA FM 96,1 - DF - REPÓRTER NACIONAL 1ª EDIÇÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária do Senado não reduz carga de impostos, mas incentiva crescimento, diz CNI  
..... 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS <b>Combustíveis e falta de alimentos (Editorial)</b> .....	24
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS <b>União Europeia vai subsidiar combustíveis para famílias</b> .....	25
FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS <b>PT é pressionado a agilizar mobilização de rua para Lula</b> .....	26
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS <b>O "papal social" do dinheiro público (Editorial)</b> .....	28
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS <b>"Precisamos ter algum mecanismo tributário para combustíveis"</b> .....	29
O ESTADO DE S. PAULO - NÉGOCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS <b>Petrobras avalia campanha para rebater responsabilidade por alta de preços - COLUNA BROADCAST</b> .....	30
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS <b>Urgência do combate ao contrabando (Artigo)</b> .....	32
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS <b>Bolsonaro cobra da Petrobras recuo em alta de combustíveis</b> .....	33
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS <b>Um apelo à 'nova' Fiesp (Artigo)</b> .....	34
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA <b>Consumidor paga por empréstimo às elétricas</b> .....	35
CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIVERSÃO E ARTE ECONOMIA <b>O fantasma da censura</b> .....	37
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA ECONOMIA <b>Guedes: "Brasil está condenado a crescer"</b> .....	39
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <b>IOF terá redução escalonada</b> .....	40
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO ECONOMIA <b>Bolsas de estudo alcançam o menor valor da história (Artigo)</b> .....	41
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA <b>Covid na China revive temor de gargalos e derruba petróleo abaixo dos US\$ 100</b> .....	43
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	

Ex-diretores do BC veem chance de nova dose de 1,5 ponto de alta no juro hoje.....	46
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Corrida global por estoques renova pressão sobre alimentos e inflação.....	48
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Pressão inflacionária persiste, diz consultoria.....	51
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
'A sociedade é que vai mudar o Brasil'.....	52
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
Guerra aumentou desafio do BC no controle da inflação (Editorial).....	54
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
Reacionarismo com aparato estatal - VERA MAGALHAES.....	55

# Zerar IOF no câmbio tirará R\$ 19 bi da arrecadação

Como parte do processo de adesão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o presidente Jair Bolsonaro assinou ontem o decreto para redução escalonada do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas operações de câmbio. Segundo o Ministério da Economia, a renúncia chega a R\$ 19,1 bilhões no acumulado até 2029.

Com o corte gradual das alíquotas, a perda de receitas é estimada em R\$ 500 milhões em 2023, R\$ 900 milhões em 2024, R\$ 1,4 bilhão em 2025, R\$ 1,9 bilhão em 2026, R\$ 2,4 bilhões em 2017, R\$ 4,3 bilhões em 2028 e R\$ 7,7 bilhões já com todas as modalidades zeradas a partir de 2029.

O secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais da pasta, Erivaldo Alfredo Gomes, ponderou que esse cálculo é "estático", baseado na arrecadação do ano passado.

"Com certeza o efeito positivo da redução do tributo irá trazer ganhos maiores do que isso para a economia ao longo do tempo", disse.

Por se tratar de um decreto, a mudança não depende da aprovação do Congresso.

Inicialmente, a **Receita Federal** previa uma renúncia fiscal de R\$ 7 bilhões.

A promessa de diminuir a alíquota do IOF a zero, de forma gradual, foi um compromisso do Brasil com a OCDE. "Mesmo com alíquota reduzida a zero, o Brasil ainda poderá usar o IOF para reduzir instabilidades financeiras", afirmou o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Pedro Calhman.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Emigrantes em dia com a Receita (Artigo)

**Marcia Dessen** Planejadora financeira CFP(Certified Financial Planner"), autora de "Finanças Pessoais: O Que Fazer com Meu Dinheiro"

O número de brasileiros vivendo no exterior cresceu 55% em cinco anos, de 2015 a 2020.

Para os que já foram, mas deixaram bens no Brasil, e para os que estão pensando em ir embora de vez, alguns conselhos, meus e da advogada Luciana Pantaroto.

Para encerrar sua residência fiscal no Brasil, duas providências: entregar a Comunicação e a Declaração de Saída Definitiva do País.

Parece a mesma coisa, mas não é. A Comunicação de Saída Definitiva do País é feita pelo site da Receita a partir da data de saída até o final de fevereiro do ano seguinte.

A Declaração de Saída Definitiva do País deve ser entregue entre março e abril do ano seguinte usando o mesmo programa anualmente colocado à disposição para as declarações do Imposto de Renda. A partir desse momento cessa sua obrigação de entregar declaração de ajuste anual à **Receita Federal** no Brasil.

Sua nova condição de não residente deve ser comunicada a todas as fontes pagadoras de rendimentos; a tributação sobre eles vai mudar; Além da empresa onde trabalha, se for o caso, avise também bancos e instituições financeiras em que possua contas, investimentos e planos de previdência privada, além de imobiliárias que agenciam contratos de aluguel de imóveis.

Esqueça tudo o que você sabe sobre tributação no Brasil. Muitas das regras para brasileiros residentes não se aplicam aos não residentes.

Não se iluda. Apesar de não residente, você vai continuar pagando imposto por aqui. Rendimentos recebidos por pessoa jurídica são tributados na fonte. Os recebidos por pessoas físicas, aluguéis de imóveis, por exemplo, são tributados pelo carnê-leão na datado recebimento, utilizando código e tributação específicos para não residentes.

Rendimentos de aposentadoria oficial (**INSS**) e previdência privada (PGBL e VGBL), por exemplo, deixam de ser tributados de acordo com a tabela

progressiva e pagam alíquota fixa de 25% sobre a pensão oficial do **INSS** e o PGBL e 15% sobre os rendimentos do **VGBL**.

Proprietários que alugam imóveis no Brasil enquanto vivem no exterior recolhem o imposto mensalmente pelo carnê-leão, com código de receita específico, calculado por alíquota fixa de 15%. Outro exemplo é a perda do benefício de isenção sobre o ganho de capital na venda de imóvel.

Além da **Receita Federal**, é conveniente notificar a Justiça Eleitoral. Voto é uma obrigação do brasileiro, seja ele residente ou não, esteja ele no país ou não.

Os brasileiros que vivem no exterior e optam pela transferência do título de eleitor para o país em que estão vivendo passam a ser atendidos por uma Zona Eleitoral em Brasília (DF) e continuam obrigados a votar nas eleições para presidente da República.

Já aqueles eleitores que não fazem a transferência do título continuam obrigados a votarem todas as eleições, devendo comparecer à zona eleitoral onde o título está registrado.

Em ambos os casos, o eleitor que deixar de votar precisa apresentar justificativa. Cada ausência não justificada gera um débito com a Justiça Eleitoral e, caso não regularize essa situação, o eleitor pode ter o título de eleitor cancelado e situação irregular no CPE

Por fim, vale lembrar que as instituições nas quais são mantidos contracorrente e investimentos em ativos financeiros também devem ser notificados para atualização cadastral e ajuste no perfil da conta.

A contracorrente mantida no Brasil passa a ser uma conta CDE (Conta de Domiciliado no Exterior), com regras específicas para esse tipo de conta. Converse com seu banco para saber o que muda.

Pesquise como funciona a tributação do novo país de residência, tem outro leão esperando você. Alguns países têm acordo com o Brasil para evitar dupla tributação, o que pode aliviar a carga tributária em algumas situações.

Se você está indo a trabalho, saiba que o Brasil firmou acordos previdenciários com alguns países que possibilitam, em situações específicas, que as contribuições à **seguridade social** sejam pagas apenas em um dos países durante o período no

exterior.

O tempo de contribuição pode ser considerado para receber o benefício de aposentadoria em ambos os países.

Eventuais rendimentos como salário, aposentadoria, juros, dividendos e ganhos de capital recebidos no exterior são tributáveis aqui, exceto as situações previstas nos acordos. Via de regra, a tributação sobre rendimentos no exterior deve ser feita no mês seguinte ao recebimento.

É importante procurar um especialista em tributação para que os ativos, as dívidas e os rendimentos no exterior sejam reportados e tributados de acordo com a **legislação tributária** brasileira, especialmente no que diz respeito a taxas de conversão dos valores em moeda original para o real.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>**

**51**

# Antecipação do 13º dos segurados e saques do FGTS



**INGRID SOARES**

O presidente Jair Bolsonaro (PL) tem buscado fatos positivos para reagir aos impactos que o megarreajuste dos combustíveis estão causando ao governo. O chefe do Executivo resolveu lançar mão de um pacote de bondades para movimentar a economia. Amanhã, ele anunciará, num evento no Palácio do Planalto, a antecipação do 13º salário para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), a exemplo do que fez em 2020 e 2021 durante o auge da pandemia da covid-19. A primeira parcela deve ser creditada em abril e a segunda, em maio.

No mesmo dia, Bolsonaro deve assinar uma medida provisória para nova rodada de saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A intenção é liberar até R\$ 1 mil para cada trabalhador ? serão contemplados cerca de 40 milhões de empregados com carteira assinada, o que injetará R\$ 30 bilhões na economia. As regras serão informadas na edição da MP. O presidente também anunciará medidas voltadas a micro e pequenos empresários e trabalhadores informais.

Ontem, Bolsonaro fez aceno aos produtores rurais. No evento de lançamento do Novo Marco de Securitização e Fortalecimento de Garantias Agro, assinou decreto que atualiza as regras da Cédula de Produto Rural (CPR) para as averbações e os registros de garantias dos títulos, além de estender de 10 para 20 dias o prazo para os depósitos de garantia ? medida que vale até dezembro de 2023. A CPR é um título que representa uma promessa de entrega futura de um produto agropecuário, facilitando a produção e a comercialização rural. O produtor pode

assinar e averbar as garantias sem sair de casa. Anteriormente, era necessário comparecer ao cartório.

Adolfo Sachsida, assessor especial do Ministério da Economia, disse que a medida visa aperfeiçoar, também, o Fundo Garantidor Solidário (FGS), criado em 2020. Ele exemplificou que essa garantia pode ser usada pelo pequeno agricultor para a compra de máquinas e equipamentos. "Às vezes, o produtor rural quer comprar um trator, e é caro. Com o fundo, eles vão poder se reunir e usar a garantia em conjunto para comprar o trator para a propriedade", destacou.

Bolsonaro assinou, ainda, a MP do Novo Marco da Securitização, que abrange o marco das companhias securitizadoras e os novos instrumentos de securitização para o mercado de seguros. Outra novidade é a emissão de Letras de Riscos de Seguros (LRS), títulos vinculados a uma carteira de apólices de seguros e resseguros. Com a MP, a emissão de LRS passará a ser feita por meio de Sociedades Seguradoras de Propósito Específico (SSPE), cuja finalidade exclusiva é realizar operações de aceitação de riscos de seguros, de **previdência complementar**, de saúde suplementar, de resseguro ou retrocessão.

O presidente também editou decreto que prevê a redução gradativa do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre o câmbio (leia reportagem na página 7).

Injeção de R\$ 56 bilhões

A antecipação do 13º para os segurados do **INSS** deve injetar R\$ 56 bilhões na economia - R\$ 28 bilhões em abril e R\$ 28 bilhões, em maio. A medida está sob responsabilidade do ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni.

# "Pacote de bondades" tem 13º do INSS e R\$1 mil de FGTS



“Espero que a nossa querida Petrobras, que teve muita sensibilidade ao não nos dar um dia, retorne aos níveis da semana passada os preços dos combustíveis no Brasil”

■ Jair Bolsonaro, presidente da República, em discurso ao lado do "Harley mito", escultura de moto de madeira em tamanho real que ganhou de um apoiador

**Vicente Nunes e Ingrid Soares**

JO presidente Jair Bolsonaro deve anunciar até amanhã um "pacote de bondades" a fim de criar fatos positivos às vésperas da campanha eleitoral. As medidas incluem liberação de saque de até R\$ 1 mil do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); um programa de microcrédito com empréstimos para a população com menor poder aquisitivo que não tem conta em banco ou tem dificuldade a instituições bancárias; antecipação do 13º para pensionistas e aposentados; e ampliação do empréstimo consignado, com desconto direto na folha de pagamento, para aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

A antecipação do 13º salário de aposentados e pensionistas beneficiará 31 milhões de pessoas, que poderão receber cerca de R\$ 56 bilhões. A primeira parcela do 13º será paga em abril e a segunda, em maio. Tradicionalmente, o 13º do **INSS** é pago no segundo semestre. Já no FGTS, os saques devem chegar a R\$ 30 bilhões. Desde o início da pandemia do novo coronavírus, o governo vem antecipando o rendimento extra de beneficiários do **INSS**. E o "pacote de bondades" também será uma forma de compensar a alta expressiva no preço dos combustíveis. Bolsonaro deve assinar medida provisória com as regras para o saque.

Em evento no Palácio do Planalto, ontem, ao lado da "Harley mito", uma escultura de uma moto de madeira em tamanho real, que lhe foi presenteada por um apoiador na segunda-feira, Bolsonaro voltou a criticar o reajuste dos preços de combustíveis praticado pela Petrobras na semana passada. Ele ironizou a

"sensibilidade" da estatal e sinalizou sobre a queda do preço do barril de petróleo para menos de US\$ 100, destacando aguardar que, com isso, a Petrobras acompanhe a queda nos valores. A declaração ocorreu durante o lançamento do Novo Marco de Securitização e Fortalecimento de Garantias Agro, no Palácio do Planalto.

"Essa guerra na Rússia com a Ucrânia tem influenciado na nossa economia, mas, pelo que tudo indica, os números, agora em especial do preço do barril lá fora, sinalizam para normalidade no mundo. Espero que assim seja e espero que a nossa querida Petrobras, que teve muita sensibilidade ao não nos dar um dia, ela retorne aos níveis da semana passada os preços dos combustíveis no Brasil", apontou.

"Se a Petrobras tivesse esperado um dia a mais, nós poderíamos, ao se anunciar o reajuste da Petrobras, que não é de responsabilidade nossa, é exclusiva da Petrobras, de R\$ 0,90 no litro do diesel, poderia ao ter sido anunciado também a diminuição de R\$ 0,60 no litro do diesel. O reajuste seria de R\$ 0,30", completou.

Bolsonaro tem demonstrado descontentamento desde a semana passada com o novo reajuste dos combustíveis. No fim de semana, apontou que, com a alta dos preços, a estatal "demonstra que não tem qualquer sensibilidade com a população". "Lamento porque poderia ter esperado mais um dia (para anunciar o aumento). A Petrobras demonstra que não tem qualquer sensibilidade com a população. É Petrobras Futebol Clube, o resto que se exploda. Se tivesse atrasado um dia", criticou, durante visita ao Jardim Ingá, em Luziânia, Goiás.

"CONTRAMÃO" Bolsonaro disse ainda que quando o assunto é política, vai sempre "na contramão" do que aconselha o ministro da Economia, Paulo Guedes. "Em 2017, dois anos antes das eleições, ele frequentava meu gabinete, chegava com seu laptop lá me dando as primeiras aulas de economia. Hoje, eu sei acho que 10% do que o Paulo Guedes sabe. Assim como ele sabe 10% do que eu sei de política", riu, arrancando aplausos da plateia de parlamentares e ministros.

E emendou: "Quando alguém chega com uma sugestão para política, [eu digo]: "Deixa eu ouvir primeiro o Paulo Guedes". Daí eu vou na contramão

do que ele fala para mim", gargalhou. "Nós então nos complementamos, vamos assim dizer." Bolsonaro também elogiou Guedes, dizendo que ele atua de forma "bastante vigilante" e com "enorme responsabilidade" em relação ao orçamento neste ano eleitoral. "Ano de eleição é natural muita gente querer entrar no Orçamento. O Paulo Guedes tem sido bastante vigilante no tocante a isso e tudo o que faz, faz com uma enorme responsabilidade", emendou, concluindo que o governo dele "tem muito a apresentar".

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/16/03/2022/p1>

# A guerra da reeleição de Bolsonaro - VINICIUS TORRES FREIRE

**VINICIUS TORRES FREIRE**

Os efeitos da desordem mundial vão bater no Brasil pelo menos na forma de **inflação** mais alta até às vésperas da eleição, perto de 9% ao ano até agosto. Se a crise ou a **inflação** pararem por aí, vai sair barato. Mas Jair Bolsonaro não vai ficar parado, como já deveria ser fácil perceber.

Por mais que não vá conseguir levar o crescimento muito além do zero, pode salvar alguns votos que iriam pelo ralo com uma recessão. Mais relevante, pode distribuir benefícios localizados, "pessoais", que ao menos possam render uma boa impressão, ainda que não dê conta da carestia e da queda dos salários.

Bolsonaro começa gastando R\$ 20 bilhões em combustíveis, na verdade deixando de arrecadar tal valor de **impostos** a fim de baratear o diesel. Sabe-se lá quanto desse desconto vai chegar nos tanques, mas é um pequeno impulso fiscal (gasto do governo que estimula a economia) e um "gesto".

O governo pretende permitir saques do FGTS, algo que pode colocar entre R\$ 30 bilhões e R\$ 40 bilhões no bolso de pessoas que vivem entre penúria e estresse. Não é gasto público. O governo abre o cofre de uma poupança privada forçada. Mas é outro pequeno estímulo, de cerca de 0,3% do **PIB**, que será certamente notado por quem receber o dinheirinho.

É possível ainda que antecipe em seis meses o 13º pagamento de aposentados e pensionistas do **INSS**. Há um pequeno gasto embutido aí, mas na maior parte se trata de antecipação de despesa, que terá algum efeito na economia, ainda que logo se dissipe, passada a eleição. É outra mensagem direta do governo, para uns 30 milhões de pessoas: "Bolsonaro pensou em você". Haverá perdão de dívidas e crédito mais barato para pequenas empresas.

Calcular o saldo político desses benefícios é mera especulação: quanto disso vai compensar a revolta daqueles que ora rejeitam Bolsonaro e as durezas novas da crise mundial? Difícil é dizer que não terão efeito algum.

Ainda virá muita dureza. Em mais um de seus comentários de imbecil de botequim sórdido, Bolsonaro fez piada com a queda do preço do petróleo

nesta terça, pedindo que nossa "querida Petrobras" reduza preços. Foi calmaria ilusória. Embora os melhores chutadores de preços estejam errando mais do que nunca sobre petróleo ou o que seja, a guerra na Ucrânia já soltou vírus bastantes para infectar a economia mundial por muitos meses, mesmo que aconteça um milagre de pacificação em breve.

Ainda que volte ao imediato pré-guerra, o preço de petróleo, grãos e outros materiais continuará em níveis de pressão inflacionária extra. Mesmo antes desse desastre, os bancos centrais dos EUA e União Europeia previam algum aperto financeiro. Algum virá ou haverá **inflação** mundial mais duradoura. Os BCs estão entre a cruz e a caldeirinha, risco de estagnação ou mais **inflação**. Mas o crédito, na prática, na vida real, já ficou mais caro no mundo rico.

A grande instabilidade de preços e de taxas de juros é motivo de retranca de empresas e de risco aumentado de acidentes financeiros. As estimativas de crescimento para EUA e Europa são revisadas para baixo, embora ainda sejam muito boas.

Além da carestia de materiais básicos (energia, comida, minérios), deve ainda haver desordem no transporte e abastecimento de peças e outros insumos da indústria mundial. O problema causado pela epidemia nem fora ainda resolvido, piora com a guerra e com a reação chinesa a seus surtos de Covid.

Quanto mais problema houver, mais Bolsonaro será tentado a gastar para comprar seus votos. Pode ser que faça isso de modo menos grosseiro, com subsídios e redução de **impostos**. Pode até se implodir, levando junto o país, inventando gastos de calamidade ou coisa que o valha. Mas não vai ficar parado.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

51

# Governo inicia redução gradual do IOF sobre câmbio para atender OCDE, mas pode voltar atrás



O presidente Jair Bolsonaro conversa com o ministro Paulo Guedes (Economia) durante anúncio de medidas no Planalto. ADRIANO MACHADO/REUTERS

**Idiana Tomazelli, Mateus Vargas, Marianna Holanda e Nathalia Garcia**

O presidente Jair Bolsonaro (PL) assinou nesta terça (15) um decreto para zerar as alíquotas de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre operações de câmbio gradualmente até 2029.

Parte da desoneração, sobre empréstimos realizados no exterior, tem aplicação imediata. Já a redução das alíquotas cobradas sobre transações com cartão de crédito no exterior começa a partir de 2023.

A medida vai na direção de uma maior liberalização do fluxo de capitais estrangeiros e de transações invisíveis, instrumentos que integram as práticas da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) na área econômica.

O compromisso do governo com o corte do IOF foi uma das condições para destravar o ingresso do Brasil na organização. Em janeiro, a OCDE formalizou o início das negociações para a adesão do país.

Segundo Pedro Calhman, secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, as diretrizes da entidade não tiram o direito do Brasil de voltar a subir o IOE se necessário.

"O Brasil permanece tendo o direito de usar esse instrumento para fins de estabilidade financeira. Caso haja uma situação em que o Brasil enxergue a necessidade de inserir IOF sobre operações cambiais por necessidade financeira, tem opção de fazer isso dentro das regras da OCDE." Embora a intenção de

zerar o IOF já tivesse sido anunciada pelo governo, o decreto ainda não havia sido formalizado -o que ocorreu nesta terça (15) em cerimônia no Palácio do Planalto.

"Essa é a sétima redução tributária permanente do seu governo. Nenhum presidente antes reduziu tantos **tributos** de maneira permanente como esse governo. É o lado fiscal? Simples: Brasil executou em 2021 um dos maiores ajustes fiscais da história moderna do mundo", disse o chefe da Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos da Economia, Adolfo Sachsida.

A redução das alíquotas será feita de forma gradual, diluindo o impacto fiscal da medida. Hoje, os empréstimos de curto prazo obtidos no exterior são taxados em 6%, cobrança que será zerada imediatamente.

Nas compras com cartão de crédito no exterior, a alíquota hoje é de 6,38%. A partir de 2023, ela vai cair um ponto percentual ao ano até 2027, quando estará em 1,38%. No ano seguinte, será totalmente zerada.

O IOF sobre aquisição de moeda estrangeira em espécie, hoje em 1,10%, será totalmente zerado em 2028. A alíquota sobre as demais operações cambiais, atualmente em 0,38%, será reduzida em 2029, ao fim da transição.

A medida deve resultar em uma renúncia de R\$ 500 milhões em 2023, R\$ 930 milhões em 2024 e R\$ 1,4 bilhão em 2025. O montante continua crescendo para R\$ 1,9 bilhão em 2026, R\$ 2,4 bilhões em 2027 e R\$ 4,3 bilhões em 2028. Ao fim da transição, quando todo o corte de alíquotas estiver implementado, o impacto fiscal é estimado em R\$ 7,7 bilhões ao ano.

Segundo Sachsida, o escalonamento deve-se ao alto custo fiscal da medida. "Não dá para zerarmos todas as alíquotas de IOF câmbio de uma única vez. É um custo muito alto para abrir mão", afirmou.

"Em vez de zerarmos todas as alíquotas do IOF câmbio hoje, ao custo fiscal de R\$ 7,7 bilhões, fizemos uma escadinha, reduzindo aos poucos, preservando o equilíbrio fiscal, dando toda a previsibilidade para o

investimento e migrando para as normas da OCDE." Bolsonaro também assinou duas MPs (medidas provisórias) voltadas ao crédito rural e à dinamização do mercado de seguros.

2025 3,38%

2026 2,38%

Segundo colocado nas pesquisas para eleição à Presidência neste ano, Bolsonaro tem intensificado a agenda com setores tidos como essenciais para manutenção de seu governo, como o agronegócio.

2027 1,38%

2028 zero

O Ministério da Economia afirma que as medidas vão reduzir o custo de financiamento do agronegócio. A medida flexibiliza as condições de emissão da CPR (Cédula do Produtor Rural), por meio da qual o produtor pode captar recursos no mercado, permitindo, por exemplo, o uso de assinaturas eletrônicas.

Aquisição de moeda em espécie

2028 1,10% para zero

Demais operações 2029 0,38% para zero

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49851>

O texto também amplia temporariamente (até 31 de dezembro de 2023) o prazo para registro ou depósito das CPR, de 10 para 30 dias. A CPR é um título que representa uma promessa de entrega futura de um produto agropecuário. Segundo a Economia, o instrumento facilita a produção e a comercialização rural.

Na área de seguros, a pasta de Paulo Guedes propõe um novo marco legal de companhias securitizadoras, que compram dívidas na carteira de outras instituições antes de seus devedores quitarem o passivo, para ajudar a dar liquidez ao mercado.

Além de unificar a legislação, a Economia quer padronizar as regras para a securitização de direitos creditórios (créditos que uma empresa tem a receber e que funcionam como dívidas convertidas em títulos) e para a emissão de certificados de recebíveis (títulos que geram direito a crédito).

A MP também cria as Letras de Riscos de Seguros, títulos vinculados a uma carteira de apólices de seguros e resseguros, inclusive de **previdência complementar**.

Embora não anunciado nesta terça, o governo também planeja um remanejamento de R\$ 868 milhões para complementar os recursos do Tesouro para subsidiar financiamentos do Plano Safra em 2022.

Alíquotas de IOF sobre câmbio

Empréstimos feitos no exterior de 6% para zero (medida imediata)

Uso de cartões de crédito no exterior

2023 de 6,38% para 5,38%

2024 4,38%

# Caixa e BB liberam novo lote do abono salarial do PIS/Pasep

A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil liberam, nesta terça-feira (15), novo lote do abono salarial do PIS/Pasep. Nessa remessa, é a vez de funcionários de empresas privadas nascidos em julho e servidores com número de inscrição final 6 sacarem o benefício.

O pagamento do abono de até um salário mínimo (R\$ 1.212) começou em 8 de fevereiro para os inscritos no PIS (Programa de Integração Social) e no dia 15 de fevereiro para os inscritos no Pasep (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

Os primeiros recebem pela Caixa e os **servidores públicos** têm o valor depositado no Banco do Brasil. Os beneficiários têm até 29 de dezembro para sacar o valor. Nascidos de janeiro a junho e servidores inscritos com números de 1 a 5 já tiveram o abono liberado.

Tem direito ao abono do PIS/Pasep quem trabalhou com carteira assinada ou como servidor por no mínimo 30 dias, consecutivos ou não, em 2020. Também é preciso estar cadastrado no programa PIS ou no Cnis (Cadastro Nacional de Informações Sociais) há pelo menos cinco anos -ou seja, o primeiro emprego com carteira assinada deve ter ocorrido em 2015 ou antes.

Além disso, é necessário ter recebido até dois salários mínimos médios de remuneração mensal no ano-base, o que corresponde a R\$ 2.090, considerando o salário mínimo de R\$ 1.045 vigente em 2020, e ter seus dados informados pelo empregador (pessoa jurídica ou governo) corretamente na Rais ou no eSocial.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

51

# Tiro no pé da fiscalização

**RENATA MARIZ** [renatajnariz@bsb.oglobo.com.br](mailto:renatajnariz@bsb.oglobo.com.br)  
**BRASÍLIA**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Aposentadoria pesa 40% na folha, diz presidente do TCM

São destinados a aposentados e pensionistas cerca de 40% da folha de pagamento do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO), que no ano passado teve despesa total, incluindo duodécimo e GoiásPrev, de R\$ 217 milhões, e para 2022 tem previsão de R\$ 222 milhões.

Joaquim de Castro, presidente do TCM, informa haver 30 conselheiros aposentados e pensionistas, contra 6 na mesma situação no Tribunal de Contas do Estado (TCE), apesar de terem o mesmo número de membros, 7 conselheiros na ativa.

"Pesam muito as aposentadorias precoces", afirma Castro, o entrevistado de Cileide Alves na 17ª edição do Chega Pra Cá, nesta terça-feira (15). Segundo ele, nenhum conselheiro pode se aposentar hoje e a próxima aposentadoria, senada mudar na legislação federal de previdência, só ocorrerá daqui a sete anos.

As aposentadorias preaxes de conselheiros colocaram o TCM no centro dos fatos políticos na semana passada sem deles diretamente participar. O presidente da Assembleia legislativa de Goiás, Lissauer Vieira (sem partido), articulou a aposentadoria de um conselheiro para abrir uma vaga no tribunal e possibilitar a indicação do vice-governador Lincoln Tejota.

O plano seria parte de um acordo entre Lissauer e o conselheiro Sebastião Tejota, do outro Tribunal de Contas, o do Estado, para este se aposentar e abrir sua vaga para Lissauer, depois que este desistiu de ser candidato a deputado federal.

A Assembleia chegou a aprovar uma emenda jabuti - aquela apresentada em projeto de lei de outro tema mudando o regime próprio de previdência dos **servidores públicos** estaduais para antecipar a aposentadoria do conselheiro Valcenor Braz, do TCM. O plano, contudo, parece que não vai adiante por conta de ilegalidades na emenda jabuti.

Em meio a tudo isso, a Assembleia aprovou também na semana passada a indicação do deputado estadual Humberto Aidar (MDB) para o mesmo tribunal. Vale lembrar que essa vaga vitalícia com salário mensal de R\$ 35 mil. só foi aberta depois de um longo processo de pressão dos deputados, com ameaça de aprovar projeto para extinção do TCM, para forçar a

aposentadoria do então conselheiro Nilo Rezende.

Apesar de ressaltar "relação estreita" com a Assembleia, o presidente do TCM diz que a emenda foi apresentada sem a devida comunicação nem diálogo com os conselheiros. "Nesse caso recente, o conselheiro Valcenor não teve participação efetiva em nada", esclarece.

"Pensaram que ele já tinha tempo de se aposentar", comenta. "São pessoas jovens na sua maioria", fala dos deputados, após mencionar que é preciso paciência para esperar.

Castro aponta "vício de constitucionalidade" na emenda jabuti, por constar em proposta "que não tem pertinência temática com previdência". Além disso, alerta que valerá não só para o conselheiro, mas seria extensiva a todos os servidores, o que causaria discussões.

A partir da reforma da previdência, que entrou em vigor em 2019, à exceção do conselheiro Nilo Rezende que já tinha preenchido todas as condições para se aposentar, não há nenhum caso de aposentadoria no tribunal que garanta paridade, ou seja, o mesmo reajuste de salário da ativa, expõe Castro. Segundo ele, é preciso aguardar os 75 anos de idade. "Valcenor é o mais próximo, 68 anos."

## PECS EM TRAMITAÇÃO

O presidente do TCM cita duas Propostas de Emenda à Constituição Federal, uma delas, a PEC 02. já provada em primeira votação no Senado, garante estabilidade aos tribunais de contas, tirando atribuição do Legislativo estadual.

"Qualquer alteração em relação à composição, existência, só poderia ser feita por meio de emenda à Constituição Federal."

Já a PEC 22, diz, é mais ampla e faz alteração na composição, aumentando o número de conselheiros por indicação técnica. "A questão da composição, se é pelo Legislativo ou Executivo, não é o calcanhar de Aquiles, o que precisa é ter critérios mais objetivos de indicação: o que é conhecimento em gestão pública, em administração pública, em contabilidade, precisa ter formação na área de gestão?", avalia. É

importante, enfatiza, definir esses critérios de forma objetiva para qualificar a indicação e não deixar nenhuma dúvida.

Sobre uma atuação mais efetiva em relação à Prefeitura de Goiânia, no último ano, a exemplo de investigação de trabalho de servidores municipais em obra construída por ONG, recomendações para suspensão de leilão da folha de pagamento e de licitação para compra de equipamentos pela Secretaria de Mobilidade, Castro menciona uma "atenção maior" graças à informatização.

"Uma ferramenta, um compliance, que informa aos auditores sobre indícios de irregularidades", informa, acrescentando que se trata do robô Esmeralda, utilizado pelo TCM há três anos. (Redação)

Cileide Alves entrevistou o presidente do TCM-GO, Joaquim de Castro: no centro de recentes fotos políticos

"Pesam muito as aposentadorias precoces"

Joaquim de Castro, presidente do TCM

**Site:** <https://opopular.com.br/digital/16-marco-2022/1o-caderno>

# Privatizar ou não? e como?

**JOÃO SORIMA NETO** [joao.sorima@sp.oglobo.com.br](mailto:joao.sorima@sp.oglobo.com.br)  
**sAo f\*ulo**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Taxação de livros volta a ameaçar o setor cultural

***Ancelmo Gois***

Hoje, quarta, será colocada em discussão e votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal a PEC 110/2019, que trata da **Reforma Tributária**.

Tudo caminhava para a manutenção da imunidade constitucional do livro, que vem desde a Constituição de 1946, quando foi aprovada uma proposta do então deputado Jorge Amado de isenção de **impostos** neste setor.

Mas a PEC que será apreciada hoje deixa em aberto a possibilidade de criação para o livro de uma alíquota de 12% a título de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

A CCJ, no entanto, tem a oportunidade de não permitir que essa cobrança venha a acontecer no futuro, votando pela inclusão das emendas 243 ou 244, apresentadas na noite de ontem.

As duas dão um basta definitivo à taxação. Como se sabe a proposta inicial que veio do Ministério da Fazenda previa a taxação de livros.

**Notícias Relacionadas:**

GLOBO ONLINE - BLOG DO ANCELMO GOIS  
Taxação de livros volta a ameaçar o setor cultural

**Site:**

***<https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/taxacao-de-livros-volta-ameacar-o-setor-cultural.html>***

# CCJ do Senado volta a analisar reforma tributária nesta quarta (16)

**Brasília**

/  
**Sarah Teófilo, do R7, em Brasília**

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado volta a analisar, nesta quarta-feira (16), a PEC (proposta de emenda à Constituição) 110, que dispõe sobre uma **reforma tributária** ampla.

Na última segunda-feira (14), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), usou as redes sociais para dizer que há grande aceitação para a reforma no setor produtivo, entre os governadores e dentro do Ministério da Economia. Pacheco ressaltou que o Senado vai fazer a sua parte "para que a proposta seja aprovada com celeridade".

"O Senado tem um compromisso e uma obrigação com os brasileiros: pautar, mesmo em ano eleitoral, a **reforma tributária**, essencial para desburocratizar o sistema tributário. É uma proposta fundamental para o Brasil voltar a crescer, atrair investimentos e gerar empregos", afirmou. Se aprovada na CCJ, a matéria seguirá para apreciação do plenário.

A votação do relatório está sendo adiada há semanas. Relator do texto, o senador Roberto Rocha (PSDB-MA) apresentou o parecer em 5 de outubro do ano passado, após um ciclo de debates que começou em agosto. No final de 2021, Alcolumbre garantiu que a discussão da reforma ficaria para este ano e que a PEC seria pauta logo da primeira reunião do grupo. O senador afirmou que a matéria seria votada em fevereiro, o que não ocorreu.

Em 16 de fevereiro, na primeira sessão do ano da CCJ, Alcolumbre disse que a intenção era pautar o texto ainda em fevereiro, ou, no mais tardar, após o Carnaval. No dia 23, quando o texto estava na pauta, houve um pedido de vista coletivo, o que adiou a votação. Agora, o relator volta a apresentar o texto, com pequenas alterações.

O senador ainda ressaltou a importância da matéria, que é discutida no Congresso há 40 anos. "Essa é a última janela de oportunidade da nossa geração. Se esperar amadurecer mais, ele [o tema] vai cair podre",

disse. Para ele, a reforma "terá um impacto na economia igual ou maior que o Plano Real".

Apesar da fala do relator, a advogada tributarista Cristina Câmara disse ao R7 que a matéria não está madura. Para ela, alguns trechos ainda não estão claros. "Poucos (especialistas e parlamentares) acreditam que essa reforma saia neste ano. Por ser ano de eleição e por ser um governo que não é reformista", afirmou.

Segmentos da área produtiva contestam a eficiência da reforma. Para o diretor-técnico da Cebrasse (Central Brasileira do Setor de Serviços), Jorge Segeti, a proposta deve aumentar a carga tributária do setor e a taxa de desemprego.

Segundo ele, por mais que a PEC proponha o fim dos **tributos** cumulativos (ou seja, será possível abater do imposto devido sobre um bem o que já foi pago anteriormente por outro contribuinte), as empresas de serviços serão penalizadas, porque o seu principal insumo é a mão de obra.

"Ao contratar um professor via CLT, a escola paga os **impostos** sobre isso. Mas, se a escola contratar uma **inteligência** artificial, essa ferramenta vai gerar um crédito tributário que o salário do professor não gera. Ou seja, fica mais barato para a escola contratar uma máquina. Dessa forma, é bem provável que a PEC gere mais desemprego, uma vez que o crédito tributário não é oferecido à CLT. A proposta favorece máquinas e softwares em detrimento da mão de obra de pessoas", pondera.

Além disso, Segeti diz que a unificação dos **impostos** pode fazer com que a alíquota a ser cobrada do setor seja bastante superior aos encargos atuais. "O imposto sobre faturamento, que hoje é de 3,75%, passará a ser de 12%, podendo chegar a 25%. O setor de serviços vai ter um aumento total na carga tributária, o que consequentemente vai aumentar o preço disso para o consumidor final."

A reforma propõe, entre outras medidas, o estabelecimento do IVA (Imposto sobre Valor Agregado) dual com sistema eletrônico de cobrança, para trazer uma "unificação da base tributária do consumo". O IVA é dual porque cria um tributo federal, chamado de CBS (Contribuição sobre Bens e

Serviços), que envolve PIS, Cofins e IPI; e outro IVA para estados e municípios, intitulado IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que envolve a unificação do ICMS e do ISS.

Entre as principais mudanças da última versão apresentada pelo relator estão o aumento do período de transição para o IBS e a promessa de uma "solução definitiva e estrutural para a tributação dos combustíveis".

**Site:** <http://noticias.r7.com/brasil/cej-do-senado-volta-a-analisar-reforma-tributaria-nesta-quarta-16-16032022>

# Controlar preço dos combustíveis mostra que o Brasil vive sempre no passado

**\*\* Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL**

De tempos em tempos venho nesta coluna tratar de algo que se tornou um fetiche no mundo político nacional: o controle de preços de combustíveis. Mas nas últimas semanas, a coisa realmente esquentou com a forte elevação do preço do petróleo no mercado internacional.

Com isso, o senador Jean Paul Prates (PT-RN) conseguiu aprovar na última quinta-feira dois Projetos de Lei. O primeiro, PLP 11/2020, altera a forma de cobrança do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e que foi, inclusive, aprovado no dia seguinte na Câmara dos Deputados e sancionado pelo Presidente da República.

O segundo, PL 1.472/2021, agora em tramitação na Câmara, define uma espécie de política de controle de preços dos combustíveis. Já tratei dos problemas associados a cada um dos dois projetos recentemente aqui nesta coluna Combustível não ficará mais barato com projetos da insana política atual .

Com relação ao PLP 11/2020, continuo a entender que ele é menos problemático, na medida em que apenas muda a forma de cobrança do imposto para específico (valor fixo por unidade), algo condizente com a lógica de que a quantidade arrecadada de **impostos** deve estar associada à necessidade de **gastos públicos** definida pela sociedade, e não aos preços de mercado. De toda forma, o ideal teria sido que esse debate ocorresse no âmbito da **Reforma Tributária**.

Já o PL 1.472/2021 é uma verdadeira ode ao heterodoxismo econômico brasileiro, que causou tantos problemas e distorções no país durante os anos de hiperinflação que vivenciamos na década de 80 e início da de 90.

A ideia geral foi criar um Fundo de Estabilização de Preços do Petróleo (FEPETRO) e definir diretrizes para reajuste de preços dos combustíveis derivados do petróleo com base nas cotações médias do mercado internacional, nos custos internos de produção e nos custos de importação.

Em outras palavras, interferência sobre o sistema de preços em mercado potencialmente competitivo e

criação de subsídios regressivos para favorecer parte da sociedade. E sejamos justos. Esse barco, desenhado pelo senador do PT, foi tomado por Lula, Bolsonaro, pelos presidentes das duas casas legislativas e pelos partidos da grande maioria dos candidatos à presidência.

Confesso que não esperava algo diferente, principalmente em ano político, quando o populismo e a irresponsabilidade se exacerbam como nunca. Mas já que a escolha foi essa, deixo abaixo algumas questões para que nossos nobres representantes respondam.

O que Vossa Excelência faria se fosse um importador que tivesse que comprar o combustível no mercado internacional a um preço elevado e vendê-lo no mercado doméstico a um valor menor, dado que o teto no mercado doméstico passa a ser balizado pelas regras de preços impostas à Petrobras?

O que Vossa Excelência faria se fosse um potencial investidor em refinarias no país e percebesse que o seu preço de venda estaria sendo limitado pela polícia de preços do Estado, enquanto em outros países o preço praticado é livre?

O que Vossa Excelência faria se fosse um potencial investidor da Petrobras e visse que a margem de lucro da empresa estaria limitada pelo Estado brasileiro e a margem de outras petroleiras em outros países permaneceria sendo ditada pelas regras do mercado?

Em particular, gostaria de saber de nossos nobres representantes da dita esquerda, que tanto criticam Bolsonaro na questão do meio ambiente, se vossas excelências lembraram que estão propondo um subsídio a um produto fóssil altamente poluente?

Será que vossas excelências sabem que os dividendos da Petrobras também são distribuídos para o Estado brasileiro, que pode utilizá-los para investir em educação, saúde, segurança e até mesmo no abatimento da dívida, permitindo, assim, que sobre mais recursos públicos para novos investimentos futuros em áreas prioritárias?

Poderia continuar com uma sequência de outras perguntas como essas, mas já me convenci que este não é o ponto aqui. Como já diriam por aí, o Brasil não

é um país para amadores e muito menos sério. As regras do jogo por aqui são constantemente alteradas, criando instabilidade no ambiente econômico.

Mas é bom lembrar que subdesenvolvimento não se improvisa. É, na realidade, um longo caminho trilhado por uma sequência de decisões equivocadas, irresponsáveis e, na maioria das vezes, populistas, como a aqui tratada.

O novo pacote de bondades aprovado no setor do petróleo, além de ser regressivo em termos de distribuição de recursos na sociedade, trará fortes distorções no mercado de combustíveis e elevará a percepção de risco de se investir no país. Mas isso só será sentido no médio e longo prazo, quando alguns dos responsáveis por essa decisão nem estarão mais por aí.

De maneira mais específica, essa decisão elevará o risco de desabastecimento, dado que uma parte do que consumimos é importada, inibirá a entrada de novas empresas no mercado, reforçando o monopólio de fato (não de direito) da Petrobras e enfraquecerá a capacidade da própria empresa de investir no futuro.

Traduzindo, nossa oferta futura de combustível será menor do que poderia ser e, conseqüentemente, a pressão sobre os preços continuará, mesmo em um ambiente no qual não haja guerra.

**Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/cleveland-prates/2022/03/16/controlar-preco-dos-combustiveis-mostra-que-o-brasil-vive-sempre-no-passado.htm>**

# Reforma tributária do Senado não reduz carga de impostos, mas incentiva crescimento, diz CNI

**Multimídia:**

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2022/03/16/RDIONACIONAL  
DEBRASLIAFM961DF-07.34.05-07.34.57-1647430989.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2022/03/16/RDIONACIONAL<br/>DEBRASLIAFM961DF-07.34.05-07.34.57-1647430989.mp3)**

# Combustíveis e falta de alimentos (Editorial)

*Correio Braziliense*

Governo e Congresso concentram esforços para minimizar os impactos do aumento dos combustíveis sobre o bolso dos motoristas e sobre a inflação, o pesado imposto que recai sobre a sociedade em momentos de crise como o atual. Combustíveis geram reajustes em cascata em itens que dependem de óleo diesel, gasolina e gás de cozinha para serem fabricados ou transportados, no caso de produtos, ou prestados, no caso dos serviços. A pressão contra o aumento ontem se inverteu com as cotações do barril do petróleo recuando para baixo do patamar de US\$ 100, a estatal, agora, será pressionada a reduzir o valor dos combustíveis. Mas, na tempestade, o retrato de um diário garante um mês e, diante das incertezas em relação ao conflito na Ucrânia, não é possível prever o comportamento do valor das commodities.

É preciso medidas para que exatamente essas oscilações não sejam motivo para problemas internos de preços. Auxílios são necessários, mas representam sempre uma parte da sociedade pagando para que outra não sofra uma consequência indesejada, assim como reduções de impostos são bem-vindas, mas representam perda de arrecadação para municípios, estados e União. Para uma parcela significativa da sociedade, é o Estado quem garante educação e saúde, ainda que de forma que deixe a desejar. Sem recursos, nem isso será oferecido aos cidadãos menos favorecidos. A economia de um país não se sustenta com múltiplos auxílios ou sem arrecadar impostos. Pelo contrário, caminha para se tornar ainda mais enfraquecida.

O aumento dos combustíveis é apenas um dos problemas oriundos da invasão da Ucrânia pela Rússia e a série de sanções econômicas impostas. A falta de fertilizantes e a redução na oferta de alimentos no mundo vão agravar o problema da fome no país, onde cerca de 20 milhões vivem hoje sem ter como se alimentar com regularidade. A perspectiva com os problemas na Ucrânia e na Rússia, grandes produtores de trigo, milho e girassol que devem ter o plantio e a comercialização reduzidos pela guerra, é de quebra na produção de alimento mundial, com forte impacto sobre os preços. A região é também grande produtora de fertilizantes.

Esse quadro e a perspectiva de que a Organização Mundial do Comércio (OMC) retire os direitos comerciais da Rússia levaram a ONU a alertar para o

aumento da fome no mundo e para uma elevação de 20% no valor dos alimentos, levando junto a inflação em todo o mundo e agravando problemas sociais. O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo, com uma safra de grãos estimada este ano em 271,9 milhões de toneladas, mas é também o maior importador do mundo de fertilizantes, com 85% do volume usado no campo sendo comprado fora do país. Ou seja, sem adubo, o país não atingirá a previsão de safra, com impacto sobre o abastecimento do mercado interno e perda de vendas no exterior no momento em que a redução da oferta na Europa abre possibilidade de negócios.

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, tem viajado em busca de fornecedores que supram a ausência dos fertilizantes da Rússia. Foi ao Irã no fim de 2021 e agora está no Canadá. Esse parece ser o único gesto do governo diante de uma crise maior do que a dos combustíveis que pode atingir o Brasil em pouco tempo. Sem planejamento e uma orientação econômica para enfrentar problemas de oferta de produtos, o governo brasileiro age de forma desordenada e por impulso, como ao decidir, depois de anos importando, dar início à produção de fertilizante em terras indígenas no Norte do país. Até as mineradoras se posicionaram contra a medida.

O Brasil pode conseguir os fertilizantes necessários, mas a que preço? Para o problema da inflação, que o mercado financeiro já vê caminhar para 7% este ano, o Banco Central elevará os juros hoje, medida que encarece o crédito, desestimula investimentos produtivos e sufoca os endividados. Juros altos travam o avanço econômico e, sem expansão da atividade, o desemprego cresce e a renda do trabalho cai. Para preços em alta, os juros sobem, mas e para a fome? É bom o Palácio do Planalto se preparar para enfrentar a escassez de alimentos que pode atingir o mundo e, conseqüentemente, o Brasil nos próximos meses, impactando um número muito maior de brasileiros.

Saiba Mais Opinião Visão do Correio: Cuidado com os subsídios Opinião Artigo: Fundo para controlar a volatilidade dos combustíveis Opinião Artigo: Não entendi o enredo de nosso samba? Opinião Artigo: O poder do petróleo

# União Europeia vai subsidiar combustíveis para famílias

Os ministros das Finanças da União Europeia concordaram nesta terça (15) em subsidiar os preços dos combustíveis para cidadãos e oferecer apoio às empresas atingidas pelo aumento dos preços de energia resultante da guerra na Ucrânia, disse o ministro das Finanças francês, Bruno Le Maire.

"A estratégia é baseada em três aspectos-chave. Primeiro, o apoio a todas as famílias afetadas pela forte elevação dos preços dos combustíveis. Fizemos isso na França e muitos outros países europeus fizeram o mesmo, ou estão pensando em fazer isso", afirmou Le Maire. A segunda medida de apoio é a ajuda às empresas mais afetadas pela alta dos preços do gás, expostas à concorrência internacional ou ao mercado russo.

A terceira é a diversificação de fontes energéticas para tornar a UE independente da Rússia, a maior fornecedora de energia do bloco, responsável por 45% do gás usado, mais de um quarto do petróleo e metade do carvão.

O vice-presidente da Comissão Europeia, Valdis Dombrovskis, disse que os países da UE podem financiar esse investimento com empréstimos muito baratos disponíveis sob o fundo de recuperação do bloco que permanecem inexplorados.

O aumento do preço do petróleo e seu efeito no preço dos combustíveis e da energia tem provocado uma onda de medidas de contenção ao redor do mundo: governos estão cortando **impostos** da commodity em um momento em que a opinião pública se sensibilizava em relação ao uso de combustíveis fósseis, um dos responsáveis pela crise climática.

Embora a guerra na Ucrânia tenha agravado a situação, os cortes de **impostos**, assim como o aumento de preços, são anteriores. No Brasil, membros do governo tentam chegar a um consenso sobre quais medidas complementares serão adotadas para conter a escalada de preços nas bombas.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

51

# PT é pressionado a agilizar mobilização de rua para Lula



**Joelmir Tavares e Victoria Azevedo**

Aliados do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva dentro e fora do PT ampliaram a pressão para que o partido avance na mobilização popular em torno da provável candidatura ao Palácio do Planalto. O argumento é o de que não dá para esperar a campanha oficial para sensibilizar os eleitores.

Antes restrita aos bastidores, a cobrança começou a vir a público nos últimos dias. O argumento, em linhas gerais, é o de que o projeto de um terceiro mandato para Lula precisa ganhar as ruas e chegar às massas populares como forma de fazer frente ao presidente Jair Bolsonaro (PL).

A preocupação já foi levada à cúpula petista por aliados como o líder do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e pré-candidato do PSOL ao governo de São Paulo, Guilherme Boulos, e por porta-vozes da Frente Brasil Popular, que agrega dezenas de movimentos sociais.

O apelo também foi externado pela Articulação de Esquerda (corrente interna da legenda, minoritária, que reúne a ala mais à esquerda). Em resolução deste mês, o grupo registrou a necessidade de "mobilização militante e programa popular" para "derrotar o neofascismo e o neoliberalismo".

"Tempo precioso está sendo perdido em negociações de cúpula (federação, vice, alianças com partidos de

direita), tempo que deveria estar sendo utilizado para fazer campanha diretamente junto ao povo", afirmou a tendência petista, que é contra a presença do ex-tucano Geraldo Alckmin na chapa.

A avaliação nos segmentos que querem agilizar o engajamento é a de que, respeitando a legislação eleitoral, é possível começar a envolver a classe trabalhadora e as camadas menos ligadas no debate político, nos moldes do planejamento que o PT já faz para redes sociais.

A iniciativa neste mês de criar os Comitês Populares de Luta (espaços partidários e voluntários que funcionarão como bases de difusão da campanha) foi bem recebida pelos que requerem maior peso nas ações para conferir a campanha presidencial ares de movimento popular.

Uma cartilha da legenda sobre a fundação dos comitês -a meta é chegar a 5.000 ainda neste semestre- propõe que militantes falem com potenciais eleitores em lugares do cotidiano, como o trabalho e a comunidade, e em locais com grande circulação de pessoas nas cidades.

Sugere ainda panfletagens e visitas de porta em porta para "conversar, ouvir e valorizar os pontos de vista delas". Outra orientação é que o voluntário monte uma mesa com café e bolo, por exemplo, em uma praça e convide transeuntes para um diálogo sobre a situação do país e as propostas do PT.

Segundo a assessoria do PT, já foram criados de forma espontânea cerca de 600 comitês. A secretária nacional de mobilização do partido, Mariana Janeiro, diz que eles são "a grande aposta" da campanha.

"A ideia que o PT tem com esses comitês é fazer o que faz de melhor: conversar com as pessoas. Entendemos que a comunicação nas redes sociais é extremamente importante, mas sabemos que o po -vo quer conversar e que não tem nada melhor do que falar pessoalmente", diz ela.

Para Mariana, não há pressões para que o PT volte às ruas, mas, sim, uma ansiedade e vontade "de levar o nome do Lula para o maior número de territórios possíveis." A dirigente afirma ainda que "o partido está sendo muito prudente em se organizar internamente e

organizar a sua militância". O objetivo, diz, é "ser uma pré-campanha de massas".

Ao analisar o projeto dos comitês, a Articulação de Esquerda qualificou como missão de cada simpatizante da candidatura a tarefa de convencer outros eleitores.

"Mais que tudo, [é preciso] conquistar corações e mentes para apoiar nossas propostas para reconstruir e transformar o Brasil", afirma o documento da corrente petista.

Para apoiadores de Lula que têm alertado sobre a importância da mobilização, a melhora gradual da pandemia de Covid-19 deve servir de estímulo para manifestações que deem vazão à insatisfação com mazelas do governo Bolsonaro e depois possam desembocar no discurso pró-Lula.

Correligionários do petista lembram que Bolsonaro tem promovido motocicletas, em que o próprio pré-candidato à reeleição é seguido por motociclistas. No mês passado, ele participou de uma jeguiata, um passeio sobre jegues, em tumê pelo Nordeste classificada por rivais como eleitoreira.

Lula vem reiterando sua vontade de circular pelo país e retomar o contato com a população, respeitando limites **impostos** pela pandemia.

"Estou cansado de ficar prisioneiro dentro de casa. É preciso andar pelo país e conversar com todas as pessoas", disse em evento do partido na quinta-feira (10).

O ex-presidente, que tenta combater o clima de "já ganhou" na legenda, afirma que a disputa será dura e que ele precisará formar uma espécie de mutirão -uma soma de forças partidárias e sociais em uma frente ampla- não só para ganhar o pleito, mas também para governar.

Há um diagnóstico de que a fase de negociações nos gabinetes para a montagem de candidaturas, alianças e federações consome a energia dos dirigentes e deixa capenga o trabalho com as bases.

"Nas minhas conversas com o Lula, percebo a disposição dele de botar o bloco na rua. Acho isso fundamental", diz à Folha Boulos, que ressaltou a "importância de ter uma campanha mobilizada" durante reunião com o ex-presidente na semana passada.

"Esta campanha vai ser acirrada. E é fundamental ter não só os eventos de rua, mas uma atuação permanente, com núcleos e comitês enraizados em

bairros, nas periferias, nos interiores do país. Isso vai ser fundamental, inclusive, para combater a máquina de fake news que o Bolsonaro já ativou." O chamado campo progressista, organizado no fórum Campanha Nacional Fora Bolsonaro, realizou seis protestos de alcance nacional e até internacional contra o presidente entre maio e outubro de 2021. Os ânimos, contudo, arrefeceram diante da estagnação da pauta do impeachment.

No último dia 8, atos no Dia Internacional da Mulher marcaram a retomada das marchas antigoverno, ainda que de maneira segmentada. Um dos motes da ocasião foi "Bolsonaro nunca mais!", misturado a palavras de ordem contra o machismo, o racismo, o desemprego e a fome.

A legislação eleitoral só permite atos que tenham o objetivo específico de promover um candidato e pedir votos a partir de 16 de agosto. Até lá, manifestações de cunho político mais amplo podem ocorrer, desde que não peçam voto.

"Essa agenda de mobilizações inevitavelmente se mistura [comeleições], acaba fortalecendo a campanha do Lula", diz Raimundo Bonfim, que coordena a CMP (Central de Movimentos Populares), é filiado ao PT e foi um dos puxadores dos protestos antigos -vemo em 2021.

"Tentamos desassociar ao máximo, mas este ano isso é inevitável", diz. "O que virá não é uma eleição normal. E é uma mobilização popular de rua que fará a diferença." A Campanha Fora Bolsonaro decidiu nesta terça-feira (15) convocar novos atos unificados para o dia 9 de abril, sob o tema "Bolsonaro nunca mais. Contra o aumento do combustível e do gás. Não à fome e ao desemprego".

Entidades alinhadas a Lula intensificaram a divulgação de calendários para o ano.

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), por exemplo, prepara suas já tradicionais ações do mês de abril, em defesa da reforma agrária e da agricultura familiar. Antes, participa ao lado de outras entidades, nesta quinta-feira (17), do Ato Nacional Moradia pela Vida, contra despejos e remoções.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49851&anchor=6451981&pd=6f950e20f9aff5b4be2884abbe8726ce>

# O "papel social" do dinheiro público (Editorial)

Pode custar R\$ 27 bilhões a nova bondade proposta pelo presidente Jair Bolsonaro, o corte de **tributos** cobrados sobre a gasolina. Dedicado em tempo integral à caça de votos, ele conduz a mais cara campanha eleitoral deste ano, provavelmente a mais cara da história brasileira. Empresas são proibidas de financiar candidaturas, mas limitações desse tipo são dificilmente aplicáveis ao Tesouro público.

Parlamentares destinaram R\$ 4,9 bilhões ao Fundo Eleitoral, multiplicando por 2,5 o valor aprovado para as últimas eleições. Pode ter sido escandalosa, mas foi uma decisão legal.

Ações eleitoreiras de interesse do presidente podem ser ainda mais custosas, tanto pelos efeitos fiscais quanto pelas consequências econômicas mais difusas.

Populismo, irresponsabilidade e imediatismo têm marcado as ações do presidente Bolsonaro e da maior parte dos congressistas, no esforço de sedução de eleitores. Atacar a Petrobras, numa encenação de cuidado com os consumidores, tem sido quase um ritual obrigatório. Depois de manter preços inalterados por 57 dias, a estatal anunciou grandes aumentos, na semana passada, quando os efeitos econômicos da invasão da Ucrânia já atingiam as cotações internacionais do petróleo e de alimentos.

A decisão, normalíssima na atividade empresarial, criou o cenário para novas manifestações populistas. Segundo o presidente da República, faltou sensibilidade aos dirigentes da Petrobras.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, aproveitou a ocasião para se mostrar preocupado com os consumidores, também qualificáveis, nessas ocasiões, como eleitores. O senador cobrou "responsabilidade social" da empresa e criticou seus lucros. A Petrobras, segundo ele, tem tido o triplo da lucratividade das concorrentes e tem distribuído dividendos bilionários.

"Óbvio que é muito bom que isso aconteça, mas não pode acontecer em prejuízo da população brasileira que abastece seus veículos ou que precisa de transporte coletivo", disse o senador, numa divertida tentativa de equilíbrio.

Ele teria dado uma contribuição mais notável se houvesse explicado o tal "papel social" da Petrobras e

os limites desejáveis de sua lucratividade. Poderia, talvez, ter ajudado a entender as condições da correta administração de uma empresa de capital aberto com as características da maior companhia brasileira do setor de petróleo.

O maior acionista da Petrobras é o Estado brasileiro, mas a maior parte das ações pertence, de forma pulverizada, a investidores domiciliados no Brasil e no exterior. Seria bom, talvez, o presidente do Senado explicar a esses acionistas se eles podem torcer legitimamente por altos lucros e gordos dividendos ou se deveriam, em atenção a seus interesses privados, aplicar dinheiro em outra empresa.

O Brasil ganharia muito mais, e perderia muito menos, se o senador Rodrigo Pacheco, seus companheiros e o presidente Bolsonaro cuidassem menos do "papel social" da Petrobras e pensassem mais no "papel social" do governo e do dinheiro público. Seriam muito mais comedidos ao programar o Fundo Eleitoral. Nunca teriam criado o infame orçamento secreto, uma forma de operar fora do controle dos pagadores de **impostos** e dos mais legítimos credores das atenções do poder estatal. Não destinariam bilhões, por meio de emendas, a interesses particulares, incluídos seus interesses eleitorais, tão privados quanto os de qualquer investidor do mercado de ações, porém às vezes menos legítimos.

Se pensassem mais no valor social do dinheiro público, buscariam, diante do surto inflacionário, formas de ajuda aos mais necessitados, por meio de programas bem desenhados e dirigidos a grupos bem definidos. Evitariam desperdiçar recursos e nunca pensariam em violentar os padrões federativos, interferindo na tributação estadual e na capacidade dos governos de Estados e municípios de prestar os serviços devidos a seu público.

Para isso, no entanto, precisariam entender as obrigações, muito mais que as prerrogativas, de quem ocupa cargos públicos em Brasília. Quantos iriam tão longe?!

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# "Precisamos ter algum mecanismo tributário para combustíveis"

**MANOEL VENTURA** [manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br](mailto:manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br)  
**BRASÍLIA**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Petrobras avalia campanha para rebater responsabilidade por alta de preços - COLUNA BROADCAST

**ALINE BRONZATI, CYNTHIA DECLOEDT, FERNAN**

Premida pela tensão política que o anúncio do maior aumento de preço do diesel e gasolina dos últimos cinco anos causou, a Petrobras tenta elaborar um contra-ataque. O objetivo é tentar retirar da decisão - e da empresa - o peso de quase delito que alcançou. Mais difícil ainda, sem bater de frente com o presidente Jair Bolsonaro, que voltou a atacar dura e sistematicamente a empresa após o reajuste.

Uma alternativa em estudo é uma campanha publicitária que mostraria o comportamento dos preços dos combustíveis mundo afora com dados do Global-PetrolPrices (GPP), consultoria que rastreia preços de energia no varejo em mais de 150 países. A peça estaria centrada na ideia de que o alto custo dos combustíveis está longe de ser exclusividade brasileira.

Diretoria discute mudar estratégia

Como o GPP monitora a média do preço pago pelo consumidor, a diretoria discute se vale a pena mudar de estratégia. Até aqui, a Petrobras martela na tecla do preço fixado nas refinarias e na parcela que cabe a ela na formação do preço final. Ainda há uma divisão sobre o melhor método para neutralizar as críticas.

EUA são exemplo de alta

Os defensores de campanha que explicita o comportamento mundial dos preços destacam os EUA, onde a gasolina costumava custar metade do Brasil. Nos últimos dois anos, os preços subiram gradativamente e, agora, dispararam chegando a R\$ 9,50 em algumas cidades (usando a conversão do dólar em 7 de março).

I MAIS EMBAIXO. A ideia é mostrar também o que está ocorrendo em países da Europa, como Inglaterra, onde falta combustível em alguns postos. Isso evidenciaria a potencial crise de desabastecimento.

I DE ESTADO. No monitoramento de preços, o GPP afirma que "todos os países compram petróleo pelo mesmo preço, mas impõem diferentes **impostos** e é

por isso que o preço da gasolina no varejo é diferente". São políticas que fazem o litro da gasolina variar de médias em torno de US\$ 0,025 (Venezuela) a US\$ 2,831 (Hong Kong).

I ESTÁVEL. Na lista de 170 países, o Brasil está na 90.<sup>a</sup> colocação, com a média de US\$ 1,287. Mesmo a um custo para o Tesouro, as reduções de **impostos** propostas pelo governo não devem tirar o Brasil da atual colocação. Sem contar a reação dos governos estaduais às mudanças no ICMS.

I ABALADO. Além da questão técnica sobre a campanha, há ainda o peso político. Apesar das críticas quase diárias de Bolsonaro à Petrobras, o general Joaquim Silva e Luna tem evitado o confronto. Quer se manter assim apesar de, segundo fontes ouvidas pela Coluna, o diálogo com o Planalto ter escasseado tremendamente.

I SEPARADO. A Equinix, empresa global de infraestrutura digital, vai desembolsar US\$ 17 milhões até o fim do ano para ampliar o data center SP5x, na região metropolitana de São Paulo. O valor faz parte dos US\$ 420 milhões que a empresa irá investir nessa e em outras duas unidades de hiperescala (de uso intensivo de dados) ao longo de três anos.

I BOAS PERSPECTIVAS. Os empreendimentos de varejo, que atendem uma maior quantidade de clientes, não entram nessa conta. Por isso, a cifra pode superar a expectativa inicial.

I PRESSÃO. Mais exigentes e atentos às mudanças sociais e econômicas, investidores tendem a aumentar a pressão para mudanças na composição dos conselhos administrativos das empresas brasileiras, em direção a uma maior diversidade, avanço na presença de mulheres e na profissionalização dos diretores. A conclusão é do relatório "Tendências Globais e Regionais em Governança Corporativa 2022", da Russell Reynolds Associates, elaborado a partir de conversas com executivos e especialistas em governança pelo mundo.

I AMBIENTAL. As organizações terão de lidar com investidores mais atentos às questões climáticas, que

vão cobrar políticas reais como um papel mais ativo na descarbonização, sem greenwashing - ações que acabam camuflando ou mesmo mentindo sobre os reais impactos de uma atividade no meio ambiente.

I AQUÉM. Apesar das várias empresas que abriram o capital no Brasil nos últimos anos, o relatório aponta que muitas das que chegaram à B3 carecem de estruturas de governança.

Os órgãos reguladores geralmente adotam uma abordagem de não intervenção, mas os requisitos do Novo Mercado B3 levarão ao aumento das práticas de governança, conclui o documento.

#### DOEU NO BOLSO

Fila em posto na capital paulista após anúncio de alta de preços; Petrobras quer mostrar que aumento não é exclusividade do País

#### SOBE

Queda do petróleo favorece as aéreas

Com a ajuda da queda do petróleo no mercado internacional, Gol e Azul avançaram ontem na B3. "Essas companhias vão na contramão da Bolsa em função do impacto direto do custo do petróleo e derivados sobre a receita e passagens, somado à expectativa de aumento de passageiros", diz Julia Monteiro, analista da MyCap.

Os papéis da Azul subiram 6,91%, no topo do Ibovespa, e os da Gol, 3,14%.

#### DESCE

Deltacron pressiona papel e celulose

Um dia após subirem com a perspectiva de retomada da cadeia de suprimentos e recuperação do setor de celulose, Suzano e Klabin recuaram diante da notícia do avanço da nova cepa Deltacron na China - o país é importador de celulose e derivados.

Os papéis da Suzano caíram 2,11% e os da Klabin, 2,61%. A expectativa com as reuniões de política monetária no Brasil e nos EUA hoje também deixou o mercado cauteloso.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Urgência do combate ao contrabando (Artigo)

**Paulo Solmucci Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel)**

D e cada dez maços de cigarros vendidos no Brasil, seis vêm do Paraguai.

A imensa dinheirama dessa bandidagem faz girar as demais modalidades de contrabando. Ou seja, de armas, drogas, bebidas, brinquedos, remédios, roupas, tênis, óculos, celulares. O cigarro também financia a logística e o armamento nas operações de roubos de cargas.

Portanto, ao se travar a roda que faz girar o contrabando de cigarro, desarticula-se o eixo da criminalidade que se esparrama pelo País inteiro.

Ao lado das ações de combate ao contrabando é fundamental que se reveja o modelo tributário brasileiro, cujos **impostos**, excessivamente elevados, acabam servindo de estímulo aos piratas do comércio.

Enquanto a carga tributária sobre o cigarro, no Brasil, varia de 70% a 90% (de um Estado para outro), no Paraguai é de 18%. O mercado praticado pelos criminosos anualmente custa ao nosso país R\$ 280 bilhões, segundo o Fórum Nacional contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP).

O que se espera do poder, nos níveis Executivo, Legislativo e Judiciário, é um esforço verdadeiramente concentrado, com foco no combate à pirataria, ao contrabando, à ilegalidade no trânsito e no comércio de quaisquer tipos de mercadorias.

Iludimo-nos quando consideramos a carga tributária brasileira, de 33%. Há quem diga que não é alta, considerandose que a da Inglaterra empata com a da gente. Dizem mais.

Na Alemanha, a carga é de 36%. E, vejam só: na Dinamarca, 45,2%. Mas é preciso que se façam significativas ressalvas.

Os **impostos** brasileiros são altamente regressivos, afetando muito duramente os pobres.

Além disso, os que se situam da classe média para cima pagam **impostos** duas vezes, tanto na saúde quanto na educação e na segurança pública.

Além de pagarmos os **impostos**, colocamos nossos filhos em escolas particulares, adquirimos planos de saúde e contratamos vigilantes particulares para as guaritas dos prédios em que moramos. São despesas que os ingleses, alemães e dinamarqueses não têm. A arrecadação de **impostos** visa, sobretudo, ao bem-estar dos cidadãos.

Uma forma de reduzir no Brasil a sangria tributária dos cigarros, decorrente do contrabando, é lançar um cigarro nacional que possa competir com o paraguaio. O ilegal San Marino custa, a quem o vende em Belo Horizonte, R\$ 2,80.

Os nacionais mais baratos custam o dobro ao vendedor, R\$ 5,75. Havendo um cigarro nacional, cujo preço permita o combate aos contrabandeados, sua comercialização se dará nos estabelecimentos formais, onde a qualidade será assegurada e a venda para menores de idade será restringida.

Ao se travar a roda que faz girar o mercado ilegal de cigarro, desarticula-se o eixo da criminalidade

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Bolsonaro cobra da Petrobras recuo em alta de combustíveis

*Matheus Schuch, Lu Aiko Otta, Estevão Taiare Rafael  
Wallendorf De Brasília (colaborou Rafael Bittencourt)*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187164](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187164)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187164](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187164)

# Um apelo à 'nova' Fiesp (Artigo)

*Winston Fritsch é professor, empresário e Conselheiro Emérito do Cebri (Centro Brasileiro de Relações Internacionais). Foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda durante o Plano Real.*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187164](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187164)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187164](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187164)

# Consumidor paga por empréstimo às elétricas



*deborah hana cardosofernanda strickland*

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou, ontem, um novo empréstimo ao setor elétrico para cobrir os custos da crise energética do ano passado. O total chega a R\$ 10,5 bilhões, e o ressarcimento às empresas geradoras será dividido em duas partes, sendo a primeira parcela de R\$ 5,3 bilhões. Mas se este ano o consumidor terá algum alívio, poupado de um pesado repasse nas tarifas de luz, para 2023 não tem jeito? a conta será paga por toda a sociedade.

Segundo a Aneel, a liberação dos recursos para as elétricas deve sair até a primeira quinzena de abril e o financiamento terá duração de 54 meses, a ser repassado nas contas de luz. O pesado impacto no bolso do cidadão se deve, sobretudo, ao fato de que o financiamento será levantado junto a bancos públicos e privados, o que envolve pagamento de juros? a taxa não está fechada com as instituições das quais o dinheiro será tomado.

Os R\$ 5,3 bilhões da primeira parcela cobrirão os seguintes fatores relacionados à crise hídrica de 2021: R\$ 540 milhões relativos ao prejuízo causado pelas bandeiras tarifárias, que ficaram abaixo da arrecadação calculada; R\$ 1,6 bilhão do bônus pago aos consumidores que conseguiram poupar energia; R\$ 2,33 bilhões do adiamento de cobranças pelas distribuidoras; e R\$ 790 milhões da energia que foi importada entre julho e agosto do ano passado.

A segunda parte do repasse às elétricas está calculada em R\$ 5,2 bilhões, porém o valor ainda não está fechado pela Aneel e será submetido a consulta

pública? cuja data permanece em aberto. Esta parcela cobrirá um percentual do custo da compra emergencial de energia, que foi feita por meio de leilão, no ano passado, e cujo contrato estará vigendo até 1º de maio.

De acordo com o professor de economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Mauro Rochlin, "o país, hoje, tem 10% de (geradoras) eólicas em sua matriz energética. Falta investimento e boa regulação do setor para uma maior viabilização".

Gabriel Emir Moreira e Silva, superintendente da área de Projetos da Fipecafi e hedge de operações financeiras, explicou que a crise de 2021 deu um prejuízo às empresas de energia R\$ 30 bilhões, mas R\$ 20 bilhões já foram ressarcidos com taxas tarifárias. "Faltam os R\$ 10,5 bilhões que agora serão repassados nas contas". Para ele, os mais atingidos serão consumidores de classe média, que tendem a consumir mais energia, e as empresas. "Pagaremos um terço da conta que falta da crise", disse.

Sem justificativa

Para José Luiz Pagnussat, conselheiro do Conselho Regional de Economia (Corecon-DF), a política de preços na área de energia precisa ser revista. "Não há argumentos para reajustes das tarifas. A crise hídrica não determina aumento de custos ao setor. Os reajustes deveriam ser mais bem justificados para a sociedade, com a indicação clara de quais custos explicam a necessidade da correção das tarifas", argumentou.

Já a economista Natalie Verndl explicou que o empréstimo deve alongar ainda mais a **inflação**. "A **inflação** não deve ceder, por causa de choques de oferta, resultantes da pandemia do cenário internacional, e, agora, com mais um incremento na luz de 2023", observou.

É a quarta vez que o governo recorre a operações financeiras para conter reajustes elevados nas contas de luz ou para socorrer as empresas de distribuição. A última foi em 2020, quando o empréstimo foi autorizado para minimizar os efeitos da pandemia de covid-19 sobre o setor? a operação, chamada de "Conta-Covid", já está sendo paga por meio de repasses adicionais às contas de luz.

Em 2001, quando o país enfrentou um racionamento de energia, o governo inaugurou o uso desse mecanismo para permitir o pagamento de débitos das distribuidoras de forma imediata. Já em 2014, a chamada "conta-ACR" foi liberada para conter o repasse de gastos com termelétricas e do aumento de subsídios e descontos para grupos de interesse, mas nem assim conseguiu impedir um aumento de 50% em 2015. (Colaborou Fabio Grecchi)

# O fantasma da censura



RICARDO DAHN

Veja o programa Como se tornar o pior aluno da escola, lançado nos cinemas há quase

**Ricardo Daehn**

O longa-metragem *Como se tornar o pior aluno da escola*, lançado nos cinemas há quase cinco anos, tem promovido uma escalada de debates, (sob acusação de censura governamental), e recuperou os holofotes, depois de disponibilizado em plataformas de streaming da Netflix, YouTube (no Google), Globoplay, Telecine, Amazon e Apple. Tudo se deve à cena em que, para muitos, pairam acusações de indícios de apologia à pedofilia. Uma solicitação do ministro da Justiça, Anderson Torres, levou a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), via publicação no Diário Oficial da União, a definir uma multa de R\$ 50 mil (diária) para as plataformas que seguirem disponibilizando o filme cômico entre opções de streaming. A "medida cabível" (como imposto em fala do ministro Torres) estipula que multas sejam cobradas a partir do próximo domingo (para as empresas que mantiverem a obra na cartela).

A polêmica a respeito do filme traz uma visibilidade e endossa denúncias de censura, por parte da classe artística. Pelo Twitter, Danilo Gentili, que assina o roteiro ao lado de Fabrício Bittar e André Catarinacho, tem compartilhado muitas publicações contra a decisão do Ministério da Justiça de retirar a produção do catálogo das plataformas. Em uma das publicações, o comediante diz que desagradar, na mesma intensidade, tanto a bolsonaristas quanto a petistas é o maior orgulho da carreira dele. "Os chiliques, o falso moralismo e o patrulhamento: veio forte contra mim dos dois lados. Nenhum comediante desagradou tanto quanto eu. Sigo rindo", escreveu no

post. Ontem, Gentili publicou uma imagem mostrando que *Como se tornar o pior aluno da escola* ocupou o quarto lugar entre os Top 10 em Filmes no Brasil na plataforma. Na legenda, o comediante posta uma extensa risada.

A intenção de suspender a veiculação do filme esbarra em fatos extravagantes. Em 2017, o filme obteve classificação indicativa (via Ministério da Justiça) como obra apropriada para adultos e adolescentes, a partir de 14 anos. O mesmo ministério da Justiça, como aponta nota de representantes das plataformas de streaming envolvidas, "hoje manda suspender a disponibilização da obra".

Sob a circunstância de se posicionarem "atentos às críticas de indivíduos e famílias que consideraram inadequados ou de mau gosto trechos do filme", em nota de esclarecimento, tanto as plataformas do Telecine quanto da Globoplay externaram a preocupação com o precedente de censura. As redes entendem que a decisão administrativa do Ministério da Justiça de mandar suspender a veiculação da comédia "é censura". Descumprir a determinação (inconstitucional) é eximir as empresas de compactuar com "uma decisão que ofende o princípio da liberdade de expressão". Mesmo que respeitem a diversidade dos pontos de vista, como destacam no material encaminhado à imprensa, as plataformas "destacam que o consumo de conteúdo em um serviço de streaming é, sobretudo, uma decisão do assinante". "Cabe a cada família decidir o que deve ou não assistir", encerra a nota.

Diretor do Instituto Luiz Gama ? integrado por juristas detidos especialmente em questões sobre direitos humanos ?, Camilo Onoda Caldas sublinha que a medida extrapola competências do Ministério da Justiça, "nunca autorizado a atuar como censor". "A censura feita pelo governo é ilegal e não se justifica diante do que está determinado pela nossa legislação. Não há que se falar em medida cautelar em relação a um filme que está em cartaz há cinco anos", explica. Na análise jurídica, "independe a qualidade ou não do filme", pontua o jurista.

O caso, como opina Camilo Caldas, ficou o governo ao posto de maior divulgador do filme, tornado nacionalmente conhecido, por meio das polêmicas geradas em torno dele. Camilo Caldas completa: "Do ponto de vista político, ironicamente, não podemos deixar de notar que apoiadores do presidente eram entusiastas do filme e só mudaram de posição depois

que o apresentador Danilo Gentili se tornou opositor do governo". O Ministério da Justiça, pelo que nota Caldas, tem ciência de que a medida seja abusiva. "Trata-se de uma velha estratégia que se repetiu ao longo do anos: cria-se uma cortina de fumaça sobre uma pauta relacionada a costumes para distrair as pessoas no momento em que a **inflação** e o preço dos combustíveis dispara", observa o jurista.

Numa corrente que mobiliza ao menos um deputado que, defendendo o teor do Estatuto da Criança e do Adolescente, adotou providências junto à Polícia Federal e ao Ministério Público do DF e Territórios. A reportagem tentou contato, inúmeras vezes, com a produtora Clube Filmes, mas não obteve resposta. Já o Ministério da Justiça, por meio de assessoria, disse que os desdobramentos da decisão do ministério estavam "sob apuração", até o fechamento desta edição do Correio. Repercussão Adriana Nunes, integrante da companhia Os Melhores do Mundo, que recentemente lançou a comédia Hermanoteu na terra de Godah nas plataformas de streaming, engrossa o coro dos que zelam pela liberdade nas artes. Ela espera que a ação de proibição seja retirada. "É uma obra de ficção. O Fábio Porchat está interpretando um vilão, no caso. Uma pessoa ruim. Assim como inúmeros vilões de cinema, novela, livros. Apologia defende algo como certo. O que claramente não acontece ali. Não há uma defesa a pedofilia. O que o Ministério da Justiça está fazendo chama-se censura!", comenta. Com mais de 30 anos de estrada na carreira, a atriz observa que o humor mostra o erro, retrata a sociedade. "Infelizmente, esse assunto (pedofilia) está presente nela. É inclusive importante conversar sobre pedofilia! A discussão sobre o tema é válida. Mas censura, nunca! Censura é retrocesso! É encobrir justamente o que precisa ser mostrado. Se está ali, se incomoda, é porque existe", analisa a comedianta.

Autora de filmes como a comédia Um assalto de fé (2011) e a comédia Por que você não chora (2020), a atriz, diretora e roteirista Cibele Amaral é incisiva: "É censura, sim. O governo está interferindo no mercado do audiovisual. Isso é algo que não víamos há muito tempo. O cenário é de uma intervenção que, na prática, é censura". Cibele defende que roteiristas, produtores e distribuidores devam se pautar pelo bom senso. "Não é papel do governo exercer censura. Cabe aos pais explicar situações para os filhos, especialmente, por se tratar de um grupo de espectadores vulneráveis", comenta a diretora, que também é psicóloga.

Na condição de mãe e vítima de abuso, Cibele Amaral expressa o absoluto repúdio à pedofilia: "Vejo esse tema como algo que deve ser, sempre, criminalizado e combatido". Ainda que não tenha sido espectadora de Como se tornar o pior aluno da escola, Cibele observa

que, efetivada a censura, "o governo teria que regular o YouTube, e todo o conteúdo de informação da internet". "Acho que, com liberdade para se falar, temos sempre que contar com o bom senso e há, sim, limites. Muitas vezes, em roteiros, levo em conta, nos diálogos, por exemplo, o fato de que possam trazer situações de gordofobia e afins. Descarto piadas que não sejam legais ou que não valham a pena", pontua.

"Isso (a retirada do longa) é o absurdo dos absurdos. Cristaliza-se uma forma de tutelar a arte e a cultura. Isso é um traço característico de regimes totalitários. Vivi casos semelhantes, num período em que não havia abertura no regime da ditadura", avaliou o cineasta André Luiz Oliveira. Autor do cultuado longa Meteorango Kid ? O herói intergalático (1969), que trazia conteúdo anárquico e de combate à ditadura, André Luiz ? que enfatiza não ter assistido ao filme estrelado por Fábio Porchat ?, no passado, bem sabe o que configura a censura.

"Hoje, vivemos sob a existência de uma ditadura híbrida com um clima de cerceamento de liberdades. Tentam travar artistas ou pessoas que carregam metas de vidas progressistas que imprimem liberdade e vivência anti-conservadora. Quem tenta viver plenamente a sua época encontra sanção, agressão e tem que desviar da violência, neste mundo polarizado em que há inadmissíveis retrocessos que caracterizariam a estupidez humana", avalia, em torno da censura. Citando a instituição de "gabinetes de ódio" e "medidas meio nazi", o diretor percebe, nas medidas de contenção do governo, um vetor de travamento da "ampliação da consciência e do pleno desenvolvimento do amor e da criatividade". "É o reino de uma ala conservadora e retrógrada que abraça a nostalgia da mediocridade", conclui.

Colaboraram Pedro Almeida, Felipe Macedo e Naum Giló, estagiários sob a supervisão de Severino Francisco.

# Guedes: "Brasil está condenado a crescer"



Ingrid Soares

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que o país está "condenado a crescer". A declaração ocorreu durante o lançamento do Novo Marco de Securitização e Fortalecimento de Garantias Agro, no Palácio do Planalto. Segundo Guedes, até o final do ano, o Brasil contará com R\$ 1,1 trilhão de investimentos contratados em concessões e o comparou ao Plano Marshall, ajuda financeira dos Estados Unidos para reconstruir a Europa após o fim da Segunda Guerra Mundial.

"Até o final do ano, nós vamos a R\$ 1,1 trilhão de compromissos de investimentos. São dois planos Marshall. US\$ 100 bi foram o que reconstruiu a Europa no pós-guerra. Nós temos dois planos Marshall para desenhar o futuro do Brasil já contratados. O Brasil está condenado a crescer. Nós temos R\$ 1,1 trilhão de contratos que serão assinados. Esse ano nós temos Eletrobras, Correios, Porto de Santos, Porto de Vitória, Aeroporto Galeão, Aeroporto de Congonhas. Estamos trabalhando", apontou.

Guedes ainda agradeceu ao Congresso e disse que a classe política trabalha para quebrar paradigmas em ano eleitoral. "O presidente da Câmara e o do Senado disseram que querem quebrar o paradigma de que no último ano ninguém trabalha porque só pensa em eleição. É diferente. Este ano, a classe política brasileira está mudando para melhor, está construtiva. Quero agradecer à Câmara e ao Senado porque estão todos nos ajudando a fazer essas reformas", concluiu.

Guedes se confundiu e disse que o país está pronto para uma 2ª Guerra Mundial, ocorrida entre 1939 e 1945. "O Brasil é duro na queda: caiu, levantou, está em pé, já sacudiu e está mais arrumado do que o pessoal lá fora. Nós estamos com déficit zerado. Nós estamos prontos para outra briga. Se vier a Segunda Guerra Mundial aí, estamos prontos de novo, nós

vamos expandir de novo, porque nós estamos com o déficit zerado", apontou.

"O nosso déficit saiu de 1% do **PIB** (Produto Interno Bruto). Quando chegamos ao governo, tínhamos 2%. No nosso primeiro ano, que foi em 2019, cortamos pela metade, reduzimos para 1%. Com a pandemia fomos a 10,5% e voltamos a zero. Nossas despesas, 19,5% do **PIB**, foram a 26,5%, voltaram a 18,7%. Então, realmente, vocês podem olhar com orgulho uns para os outros, nós, todos juntos, porque a calamidade foi terrível, foi a maior crise sanitária dos últimos 100 anos", completou.

O ministro disse ainda que a equipe econômica tem um protocolo de crise que inclui exceção ao teto de gastos. "Estamos prontos, temos protocolo de guerra todo preparado, temos a PEC Emergencial, temos o botão de emergência, temos a exceção ao teto se for preciso, estamos preparados para qualquer guerra."

Após a declaração, Guedes se explicou a jornalistas sobre as falas. "De um lado, tem uma guerra que foi a pandemia, foi um evento mundial, uma guerra sanitária. E aí, eu falei, se vier agora uma segunda, por causa da Ucrânia, que sobe fertilizantes, sobe tudo, nós já temos todo o protocolo de como reagir. Foi isso o que eu quis dizer. Estamos lamentando essa tragédia. Estamos super entristecidos. O Brasil votou três vezes na ONU já contra a invasão. Então não estava querendo guerra, nada disso." "Só fiz esse comentário porque da última vez eu dei uma escorregada porque eu quis falar o seguinte: cada brasileiro tem dois dispositivos digitais, pode ter até dois celulares, aí saiu iPhone. Era para ser celular e saiu iPhone. Então, só para esclarecer."

"Não estou falando de Segunda Guerra Mundial. Nada disso. Teve essa guerra sanitária mundial que foi a pandemia e agora tem uma segunda que foi a Ucrânia com a Rússia, que subiu o combustível, os fertilizantes, e isso nos atinge. Aí eu quis dizer que se houver essa guerra do petróleo, essa guerra dos grãos, nós vamos estar preparados para reagir. Só isso", concluiu.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/16/03/2022/p1>

# IOF terá redução escalonada

O presidente Jair Bolsonaro assinou ontem decreto com a redução escalonada do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que será diminuído em etapas até ser zerado em 2028. A assinatura ocorreu em cerimônia no Palácio do Planalto, com a presença do ministro da Economia, Paulo Guedes. A extinção do IOF sobre operações cambiais é uma das exigências para o país aderir aos Códigos de Liberalização de Movimentação de Capitais e de Operações Invisíveis, instrumento exigido para os países que integram a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). A **Receita Federal** estima que o governo deixará de arrecadar R\$ 500 milhões em 2023, R\$ 900 milhões em 2024 e R\$ 1,4 bilhão em 2025. A renúncia fiscal crescerá ano a ano até chegar a R\$ 7,7 bilhões por ano a partir de 2029.

Em janeiro, o governo tinha anunciado que pretendia começar a cortar o IOF cambial ainda este ano. Segundo o Ministério da Economia, o Brasil está em estágio avançado de convergência com a OCDE, tendo aderido a 104 dos 251 instrumentos normativos do organismo internacional. De acordo com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, o processo de adesão está mais acelerado que em outros países convidados a integrar o grupo ou que atuam como parceiros-chave, como Argentina (51 instrumentos), Romênia (53), Peru (45), Bulgária (32) e Croácia (28).

Fundada em 1961, em Paris, a OCDE funciona como um organismo que avalia e recomenda práticas e políticas que promovam prosperidade, igualdade, oportunidade e bem-estar global. Com 38 países-membros, a organização reúne 61% do Produto Interno Bruto (**PIB**) mundial. Após a cerimônia de assinatura, o Ministério da Economia divulgou o cronograma de redução das alíquotas em entrevista coletiva.

O IOF sobre empréstimos realizados no exterior, atualmente em 6%, será zerado imediatamente. As alíquotas sobre o uso de cartões de crédito internacionais, hoje em 6,38%, cairão um ponto percentual ao ano entre 2023 e 2027. Em 2028, serão reduzidas de 1,38% para 0%. O IOF de 1,1% para a compra de moeda estrangeira em espécie será zerado apenas em 2028. As demais operações cambiais, que pagam 0,38%, passarão a ser isentas a partir de 2029.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/16/03/2022/p1>

# Bolsas de estudo alcançam o menor valor da história (Artigo)

*Luiz Davidovich (ABC); Marcus Vinícius David (Andifes); Odir Dellagostin (Confap); Fernando Peregrino (Confies); Sônia Regina de Souza Fernandes (Conif); Patrícia Ellen (Consecti); André Gomyde (Ibrachics); e Renato Janine Ribeiro (SBPC)*

O Brasil orgulha-se de ter alcançado a 13ª posição no ranking internacional de publicação científica. A área da ecologia aplicada à biologia ocupa o 3º lugar nessa classificação, por exemplo. Uma conquista graças ao fortalecimento da pós-graduação, com expressivo crescimento na formação de mestres e doutores.

Mais de 90% do conhecimento científico é produzido em nossas universidades e por jovens pesquisadores. Os alunos de pós-graduação conseguem se dedicar integralmente às atividades de pesquisa quando recebem bolsas de estudo. Elas são concedidas por agências federais, como a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), e por fundações de fomento estaduais.

O valor das bolsas deveria garantir o sustento dos alunos pesquisadores, proporcionando condições para se dedicarem às atividades acadêmicas. Entretanto isso não tem sido possível. Nas últimas três décadas, o valor das bolsas nunca atingiu um nível tão baixo! Em 1995, por exemplo, uma bolsa de doutorado era de R\$ 1.073, o que correspondia a dez salários mínimos à época e possibilitava a aquisição de 12 cestas básicas. Sem reajuste até 2003, o poder aquisitivo e a relação com o salário mínimo caíram pela metade. De 2003 a 2013 houve quatro reajustes, elevando o valor nominal a R\$ 2.200, o que equivalia a quatro salários mínimos e seis cestas básicas.

Não há nenhum reajuste desde março de 2013! Atualmente, o valor de uma bolsa de doutorado se aproxima de 1,8 salário mínimo e permite comprar três cestas básicas. De março de 2013 a dezembro de 2021, a **inflação** acumulada foi de mais de 66%, o que elevaria a R\$ 3.666 a bolsa de doutorado. Essa forte desvalorização ocorre também com as bolsas de mestrado e demais modalidades.

As consequências da defasagem no valor das bolsas afetam não somente os bolsistas, mas a ciência brasileira, tornando insustentável seu

desenvolvimento. A pós-graduação vem perdendo sua capacidade de atrair bons alunos. Os estudantes têm preferido buscar empregos que, embora com salários modestos, geralmente são superiores aos valores das bolsas.

Muitos programas de pós-graduação altamente qualificados não estão preenchendo as vagas nas seleções públicas. Estamos sob a ameaça de um grande apagão de inteligência pela impossibilidade de formação de novos talentos. Por exemplo: os estudantes que conseguem se sustentar com bolsa de doutorado, ao se titularem, encontram outra situação dramática. A escassez de oportunidades na área acadêmica, o baixo valor da bolsa de pós-doutorado e a crise no financiamento da pesquisa forçam esses pesquisadores a buscar formas de subempregos ou, mais grave que isso, oportunidades em outros países, resultando na evasão de cérebros e agravando a possibilidade de apagão.

Precisamos mudar essa dramática situação, garantir a formação de talentos que ajudarão na geração de conhecimento, base para a inovação, motor para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do país. Diversas fundações estaduais de amparo à pesquisa já reajustaram o valor das bolsas em pelo menos 25%. Outras já anunciaram a intenção de seguir nessa direção.

Precisamos agora que o governo federal, através da Capes e do CNPq, sinalize para isso. Se o governo concedesse um aumento neste mesmo percentual para as bolsas de pesquisa do CNPq a partir deste mês de março haveria a necessidade de suplementação orçamentária de R\$ 212 milhões. Para reajustar as bolsas da Capes seriam necessários R\$ 492 milhões. Com mais um aumento no mesmo percentual em 2023, conseguiríamos recompor o valor de 2013. Esses valores são infinitamente menores que o orçamento destinado a outras ações do governo, consideradas pela sociedade não tão importantes, como o "Orçamento secreto" e o fundo eleitoral. A Iniciativa para a Ciência e Tecnologia (ICTP.Br), constituída pelas entidades que assinam este artigo, defende que investimentos contínuos na formação de talentos e pesquisa científica resultam em mais bem-estar e competitividade ao Brasil!

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49851&anchor=6451981&pd=6f950e20f9aff5b4be2884abbe8726ce>**

# Covid na China revive temor de gargalos e derruba petróleo abaixo dos US\$ 100



Policial com equipamento de proteção leva comida a ser distribuída para moradores da região autônoma da Mongólia Interior confinados em razão da Covid

**Lucas Bombana e Thiago Bethônico são paulo**

O temor de que uma nova onda de Covid-19 na China volte a tumultuar os mercados globais em meio a um contexto de guerra fez o petróleo despencar abaixo dos US\$ 100 e Bolsas -inclusive a brasileira- recuarem pelo mundo nesta terça-feira (15).

A preocupação de investidores e analistas é que novos lockdowns no país asiático afetem o funcionamento de fábricas e gerem novas interrupções nas cadeias de suprimentos, que ainda não se recuperaram do choque com a crise sanitária de 2020.

O aumento de infecções na China ameaça as perspectivas para a segunda maior economia do mundo. Empresas do país listadas na Bolsa de Hong Kong atingiram os menores patamares desde 2008, afundando as ações chinesas para mínimas em 21 meses.

"Apesar de os dados de fevereiro [da economia da China] terem superado em muito as expectativas, cresce o receio com o futuro da economia chinesa diante do salto do número de casos de ômicron e consequente reintrodução de lockdowns em regiões populosas em razão da política de "zero casos" de Pequim", aponta a equipe de análise da Guide Investimentos, em relatório.

Segundo analistas ouvidos pela Reuters, a crise na Ucrânia também pesava no sentimento, ressuscitando temores sobre o aumento das diferenças entre Pequim e Washington. Nesta semana, os EUA levantaram preocupações sobre o alinhamento da China com a Rússia, levando investidores globais a abandonar ações chinesas listadas no exterior.

Com isso, as ações na China caíram 5% nesta terça-feira (15), levando as perdas anuais para perto de 20%.

O índice CSI300, que reúne as maiores companhias listadas em Xangai e Shenzhen, recuou 4,6%, para mínima desde 15 de junho de 2020, enquanto o índice de Xangai teve queda de 5,23%. Já o índice Hang Seng de Hong Kong caiu 5,7%, para mínima desde 12 de fevereiro de 2016, com o China Enterprises Index perdendo 6,6%, chegando ao menor nível desde 29 de outubro de 2008.

No Twitter, analistas de mercado falavam em carnificina, apontando que as ações chinesas listadas em Hong Kong tiveram seu pior dia desde a crise financeira global.

As notícias fizeram o preço do petróleo recuar, com a perspectiva dos investidores de que interrupções na cadeia de suprimentos possam esfriar a demanda global. As negociações de cessar-fogo entre a Rússia e a Ucrânia, por outro lado, diminuíram os temores de mais interrupções no fornecimento da commodity.

Nesse cenário, o barril do petróleo voltou a operar abaixo de US\$ 100 pela primeira vez desde fevereiro. Após a queda de 5,12% na véspera, o petróleo registrava baixa de 8,25% nesta terça, a US\$ 98,50.

No Brasil, o impacto foi sentido sobretudo pela desvalorização das commodities. O Ibovespa recuou 0,88%, aos 108.959 pontos. O movimento puxou para baixo as ações da Petrobras, que marcaram perdas próximas de 2% na B3.

O dólar subiu 0,80%, para R\$ 5,1580. Desde segunda o real figura entre as moedas de pior desempenho global. Nesta terça, revezou com o peso colombiano o posto de maior queda diária entre os principais pares do dólar.

O recuo no mercado internacional não deve representar, contudo, algum alívio para os preços de todos os combustíveis no Brasil. Apesar da forte queda nos últimos dias, basta lembrar que não faz pouco tempo esse mesmo contrato do Brent era cotado a US\$ 139", diz André Perfeito, economista-chefe da Necton, que não espera por recuos no preço

da commodity no âmbito doméstico em razão do movimento mais recente. "Há ainda alguma diferença entre os preços domésticos e externos." A reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) do BC, que decide nesta quarta-feira (16) o novo patamar da taxa básica de juros, a Selic, também aparece como um dos destaques no radar dos investidores. Para ex-diretores da autoridade monetária, uma alta de 1,5 ponto percentual, o que levaria a taxa de juros para 12,25% ao ano, não pode ser descartada. O mercado, porém, esperava uma alta de um ponto percentual na reunião desta quarta.

Nos Estados Unidos, em que os principais índices acionários fecharam em queda na sessão passada, o dia foi de valorização dos papéis, em especial do setor de tecnologia. O S P 500 avançou 2,14%, o Nasdaq, 2,92%, e o Dow Jones, 1,82%.

A reunião do Federal Reserve (banco central dos EUA) nesta quarta (16) e sinalizações da autoridade monetária sobre os planos para os juros americanos dividem com os conflitos no Leste Europeu as atenções dos investidores globais.

Assim como aconteceu com o petróleo, os contratos futuros de minério de ferro negociados nas Bolsas de Dalian e Singapura caíram nesta terça.

O impacto do surto de Covid na China -maior produtora de aço do mundo- se soma às preocupações dos traders com as consequências do conflito Rússia-Ucrânia.

Produtos siderúrgicos e outras matérias-primas também caíram. Os preços, no entanto, reduziram as perdas após a divulgação de indicadores econômicos chineses melhores do que o esperado.

O aumento nas infecções registradas na China deve comprometer ainda mais as já desgastadas cadeias de suprimentos globais. Segundo o New York Times, autoridades chinesas estão impondo restrições a moradores, fechando fábricas e interrompendo o tráfego de caminhões.

O país adotou uma abordagem de tolerância zero, que estabelece bloqueios rigorosos e testes em massa. Como várias das maiores cidades industriais do país estão lutando contra surtos, essas medidas estão afetando as fábricas e as redes de transporte chinesas.

De acordo com o jornal americano, as medidas sanitárias estão interrompendo a produção de produtos acabados, como carros Toyota e Volkswagen, além de componentes como placas de circuito e cabos de computador.

Além disso, os custos de frete internacional, problema que contribuiu para a **inflação** global no ano passado, começaram a subir novamente. Navios estão enfrentando atrasos de pelo menos 12 horas nos portos chineses.

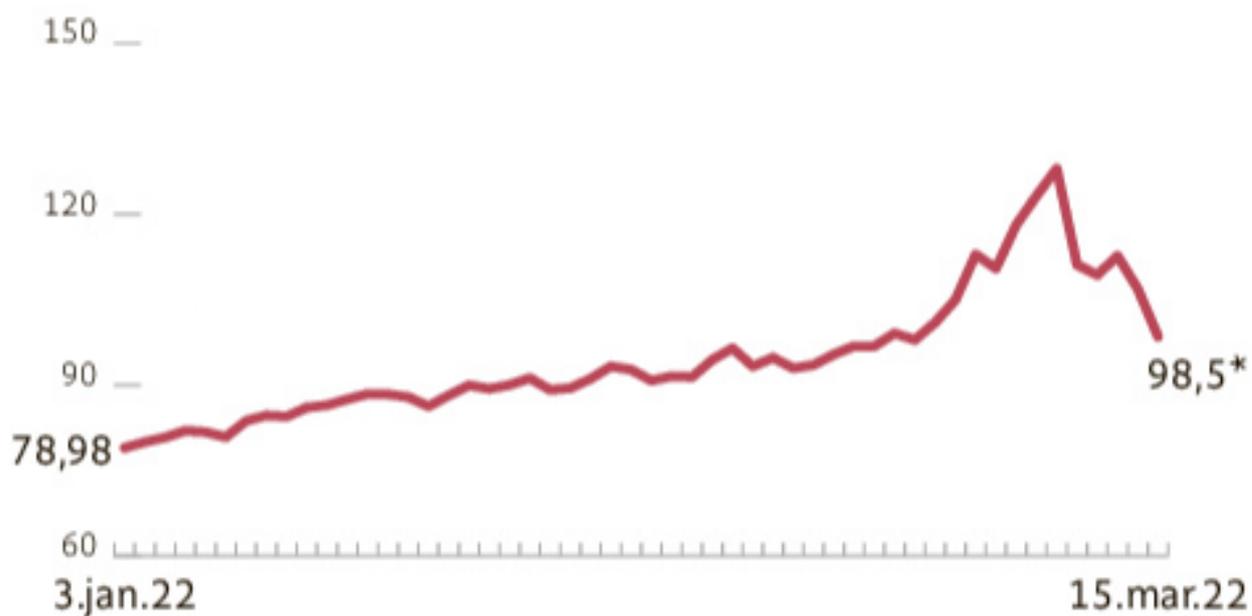
Nesta segunda, a empresa gigante taiwanesa de eletrônica Foxconn, um dos principais fornecedores da Apple, suspendeu suas operações no centro tecnológico na cidade de Shenzhen, que foi confinada pelo governo chinês.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49851>**

## Fechamento diário do preço do petróleo em 2022

Preço, em US\$



\*Às 18h45 (horário de Brasília) | Fonte: Bloomberg

# Ex-diretores do BC veem chance de nova dose de 1,5 ponto de alta no juro hoje

**Nathalia Garcia Brasília**

Embora tenha sinalizado em sua reunião mais recente a desaceleração do ritmo de ajuste da taxa básica de juros, a Selic, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central pode repetir nesta semana a mesma magnitude de alta praticada nos últimos encontros, de 1,5 ponto percentual, segundo os ex-diretores do BC Tony Volpon e Alexandre Schwartzman.

Pesam na decisão a **inflação**, pressionada principalmente pela alta dos combustíveis, e a turbulência mundial que resulta da guerra entre Rússia e Ucrânia.

O Copom decide nesta quarta (16) a taxa básica de juros. A Selic está em 10,75% ao ano. Dada a defasagem nos efeitos da política monetária, o próximo encontro é o último em que o ano-calendário de 2022 continua sendo contemplado no horizonte relevante.

Várias casas começam a elevar para cima as suas projeções para **inflação** para este ano e também para 2023, que é o ano em que o Banco Central gostaria de ver a **inflação** voltar a operar perto da meta. Isso pode levar o Copom a não cumprir o que foi sinalizado e, de fato, aumentar 1,5 ponto percentual", disse Volpon.

A mediana da **inflação** projetada pelos analistas do mercado financeiro para 2022 subiu de 5,65% para 6,45%, segundo a pesquisa Focus divulgada na segunda (14), distanciando-se mais ainda do teto da meta. Caso a estimativa se confirme, representará o estouro da meta pelo segundo ano consecutivo.

O objetivo a ser perseguido pela autoridade monetária neste ano é de 3,5%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Para 2023, a mediana das projeções passou de 3,51% para 3,70%. O centro da meta para o próximo ano é 3,25%.

Para Volpon, que é estrategista-chefe da WHG (Wealth High Governance), a discussão do colegiado sobre um possível impulso adicional na taxa básica de juros passará pelo choque inflacionário causado pela invasão da Ucrânia pela Rússia, bem como pela alta de 1,01% do IPCA em fevereiro, número acima das

expectativas do mercado financeiro, que esperava elevação de 0,95%. No acumulado de 12 meses, o indicador de **inflação** chegou a 10,54%.

Schwartzman também considera que os novos choques inflacionários podem levar o BC a reavaliar seu plano de voo para assegurar que as expectativas do próximo ano continuem ancoradas depois de um "7 a 1" em 2022.

"Eu olharia com muito cuidado se faz sentido ou não a desaceleração no ritmo do aperto monetário, porque teve uma piora considerável e inesperada do ambiente inflacionário com a questão da guerra e do preço dos combustíveis." Os preços das commodities agrícolas e petróleo têm disparado com o agravamento da crise no Leste Europeu. O petróleo Brent, usado como referência, ultrapassou os US\$ 100 em 24 de fevereiro, pela primeira vez desde 2014. Há uma semana, o barril estava sendo negociado nos maiores níveis desde 2008 e chegou a bater a máxima de US\$ 139,13 -os valores recuaram abaixo de US\$ 100 nesta terça (15).

Na esteira da elevação nas cotações do petróleo, a Petrobras anunciou, na semana passada, um mega-aumento nos preços de combustíveis. No caso da gasolina, o acréscimo para as distribuidoras foi de 18,8%. Para o diesel, o aumento foi ainda maior, de 24,9%.

Os reajustes foram anunciados em meio a debate no governo e no Congresso sobre a política de preços dos combustíveis da estatal.

Na sexta (11), o presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou integralmente o projeto de lei que altera a cobrança de ICMS sobre combustíveis e zera as alíquotas de PIS/Cofins sobre diesel e gás até o fim de 2022 (renúncia de R\$ 18 bilhões).

Caso a guerra se prolongue, o ministro Paulo Guedes (Economia) admitiu que subsídios do Tesouro Nacional podem ser adotados para o diesel.

"O diesel tem um peso direto muito reduzido no cálculo do IPCA, de 0,2%. Subsidiar diesel é uma troca de apoio político. Na prática, é mais para apaziguar uma possível base de apoio político do presidente [Jair Bolsonaro], que surfou na onda da greve dos

caminhoneiros em 2018", afirmou Schwartzman.

A incerteza sobre a duração do conflito é um fator a ser considerado pela autoridade monetária no próximo Copom, na opinião de José Júlio Senna, ex-diretor do BC.

"O quadro inflacionário do Brasil já era preocupante e se tomou ainda mais. A meu ver, o impacto desse conflito sobre a **inflação** será muito mais significativo do que o impacto sobre a atividade econômica", disse.

Ainda assim, em sua avaliação, o colegiado evitará repetir o ritmo de ajuste de 1,5 ponto percentual, levando em conta a elevada taxa de juros real no Brasil e o estágio avançado do ciclo de aperto monetário.

O aumento dos juros no Brasil é o maior entre as principais economias ao redor do mundo, com oito altas seguidas, totalizando 8,75 pontos percentuais. Em março do ano passado, a taxa básica estava em 2% ao ano, menor patamar histórico, e cinco meses depois já entrava em território contracionista (que freia a atividade econômica e a **inflação**).

"Ser mais agressivo talvez não caiba agora porque a política monetária ainda não produziu os efeitos completos, e o nível de juro real que já atingimos é muito elevado, estamos falando de quase 8% ao ano." Com base no contrato de swap de 360 dias e nas expectativas de **inflação** de um ano extraídas da pesquisa Focus, o juro real atingiu cerca de 7,5% ao ano em março, maior nível desde agosto de 2016.

No encontro desta semana, Senna espera que o Copom entregue uma alta de um ponto percentual na taxa básica e sustente o patamar elevado de juros por mais tempo. Sua visão está em sintonia com a expectativa do mercado. Nesta semana, a maior parte das avaliações é que a Selic chegue a 11,75% ao ano (alta de um ponto percentual).

Como a Folha mostrou, diversos economistas acreditam que o recrudescimento das tensões geopolíticas por causa da Ucrânia possa levar o BC a estender o ciclo de alta da taxa básica de juros para conter as pressões sobre a **inflação**.

## NOS EUA, FED DEVE INICIAR CICLO DE AUMENTOS

Operadores veem chance de 91% de um aumento de 0,25 ponto percentual nos juros pelo Fed ao fim de sua reunião de política monetária de dois dias, nesta quarta (15); a taxa está num intervalo entre zero e 0,25% desde março de 2020

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

**51**

# Corrida global por estoques renova pressão sobre alimentos e inflação

**Fernando Canzian são paulo**

Após bater recorde histórico em fevereiro, antes da guerra na Ucrânia, e ter previsão de alta de mais 20% em razão do conflito, os preços dos alimentos ganharam nova pressão nesta semana com grandes países consumidores e produtores de grãos passando a restringir exportações para elevar estoques.

Segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), os estoques reguladores de grãos no mundo estão no menor nível em oito anos -equivalem a 29% da demanda global anual de grãos.

Em 12 meses até fevereiro, os preços dos alimentos no mundo já haviam subido 24%, em média. Embora a FAO previsse alta de mais 20% em razão da guerra, produtos como trigo já dispararam 30%, segundo o International Food Policy Institute, think-tank especializado no tema.

juntas, Ucrânia e Rússia res-pondemporcercade25% das exportações mundiais de trigo; e de quase 15% das de milho e de outros produtos utilizados para ração animal -o que deve pressionar também preços de carnes.

No momento, quase todos os portos ucranianos estão fechados (alguns foram destruídos), e o país encontrará muita dificuldade para plantar sua nova safra na primavera do hemisfério Norte. A FAO estima que ao menos 30% da área agricultável do país estará totalmente comprometida em 2022.

Por precaução, o Egito anunciou nesta semana a suspensão de suas exportações de trigo, farinha, lentilhas e feijão. Com 102,3 milhões de habitantes, o país gasta mais de US\$ 4 bilhões ao ano com importações de alimentos -70% do trigo vêm da Ucrânia e da Rússia.

A Indonésia, com população de 273 milhões, também adotou restrição pesada nas exportações de óleos vegetais (é maior produtora mundial de "palm oil") utilizados na cozinha e em indústrias de cosméticos e chocolate.

Na segunda-feira (14), o presidente do Banco Mundial, David Malpass, fez um apelo para que países não

sejam agressivos em suas políticas de estocagem, que podem acabar agravando a escalada dos preços internacionais.

Em **comunicado** conjunto, ministros do G7 (clube de nações ricas) também pediram a todos os países produtores que "mantenham seus mercados alimentares e agrícolas abertos".

A Folha perguntou para a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) e para o Ministério da Agricultura sobre eventuais medidas que o Brasil possa vir a adotar em relação a estoques, mas não obteve resposta.

Fertilizantes (a Rússia ora sob sanção é a maior fornecedora global) e fretes em alta, além da expectativa de aumento da cotação do dólar nos próximos meses, tendem a colocar mais pressão sobre os alimentos - e na **inflação** de vários países.

Assim como em todo o mundo, as commodities agrícolas brasileiras acompanham os preços internacionais, mesmo sendo o país um dos maiores produtores.

Para conter a escalada dos preços, a expectativa é que muitos bancos centrais (do Brasil incluso) aumentem mais rapidamente, e com mais força, suas taxas de juros -levando a um cenário de baixo crescimento, aumento do custo do crédito local e internacional e de mais endividamento público.

No Brasil, a projeção é que a dívida pública como proporção **PIB** suba dos atuais 80% para quase 85%. Neste ano, o país deve pagar o dobro de juros (cerca de R\$ 900 bilhões) na comparação com 2021.

Nesta terça-feira (15), o Fundo Monetário Internacional alertou para as consequências de médio prazo desse cenário de aperto global e de **inflação** de alimentos.

"Aumentos mais acentuados de preços de alimentos e combustíveis podem elevar o risco de agitação em algumas regiões, da África Subsaariana e América Latina ao Cáucaso e Ásia Central, enquanto a insegurança alimentar aumentara ainda mais em partes da África e do Oriente Médio", diz o Fundo.

Em fevereiro, antes da guerra, a FAO estimou em 800

milhões o total de pessoas no mundo sofrendo algum tipo de insegurança alimentar. É o maior número em uma década.

Mesmo que o conflito na Ucrânia chegue a um termo em breve, os efeitos da guerra e das sanções contra a Rússia, segundo algumas análises, trarão combinadas três tipos de crises econômicas típicas das décadas de 1970 a 1990: choque do petróleo, de **inflação** e de juros; e aumento da dificuldade de países emergentes endividados em dólares para refinarar empréstimos - ao contrário de crises passadas, o Brasil hoje é credor em dólares.

Nesse sentido, o primeiro teste será com a Rússia nesta quarta-feira (16), quando se inicia um prazo de 30 dias para o país pagar ou refinarar US\$ 117 milhões em juros de duas categorias de títulos ("bonds") emitidos em dólares e euros.

Alguns papéis russos que eram considerados "grau de investimento" (relativamente seguros) antes do conflito já perderam mais de 90% do valor, igualando-se a títulos venezuelanos.

No caso dos juros dos "bonds" que vencem agora, Moscou já ameaçou pagar os credores em rublos -o que seria considerado um calote; sendo que a moeda russa já perdeu cerca de 40% do valor frente o dólar.

Para Mohamed Al-Erian, presidente do Queens" College, em Cambridge, e ex-presidente-executivo do fundo global Pimco, ao trazer de volta o espectro de crises típicas do final do último milênio, o cenário mais provável será de depressão na Rússia, recessão na Europa (sobretudo pela conta de gás e petróleo mais caros) e estagnação (estagnação com **inflação**) nos Estados Unidos.

"O que está acontecendo econômica e financeiramente na Rússia e na Ucrânia não vai ficar lá. Além da trágica migração forçada de milhões de ucranianos, há consequências para a economia e os mercados globais, tanto imediatamente quanto a longo prazo", escreveu Al-Eriannesta terça (15) no Financial Times.

"Aumentos mais acentuados de preços de alimentos e combustíveis podem elevar o risco de agitação em algumas regiões, da África Subsaariana e América Latina ao Cáucaso e Ásia Central, enquanto a insegurança alimentar aumentará ainda mais em partes da África e do Oriente Médio" Fundo Monetário Internacional

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>**

**51**

## Guerra e economia

Reserva global de alimentos é a menor em 8 anos

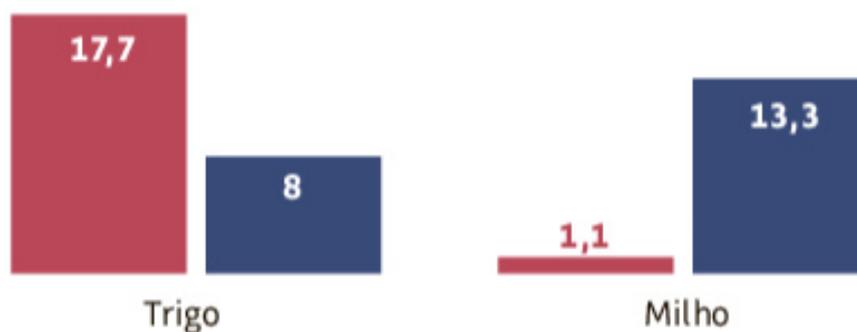
Estoque mundial/consumo, em %



Rússia e Ucrânia exportam 25% do trigo global

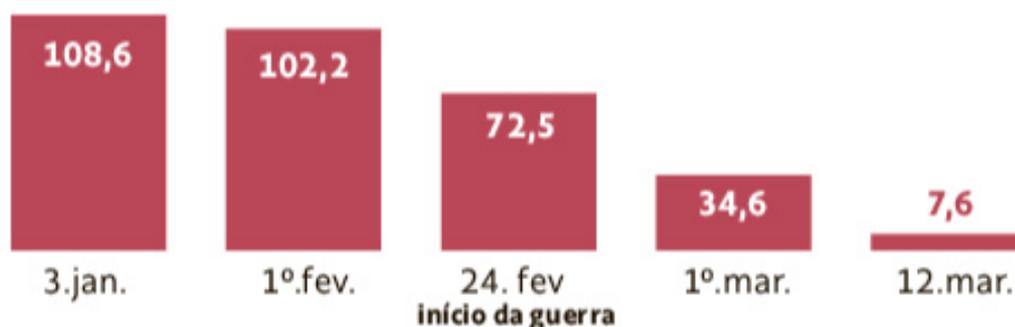
Em %

■ Rússia ■ Ucrânia



Desaba cotação de títulos russos

Papéis com vencimento em 2026, em centavos de dólar



\*Inclui ração animal | Fontes: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e Advantage Data Inc.

# Pressão inflacionária persiste, diz consultoria

**MÁRCIA DE CHIARA**

Dos 377 itens que compõem a **inflação** oficial medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), 74,8% registraram aumento em fevereiro, aponta levantamento da LCA Consultores.

É o mesmo número obtido em dezembro do ano passado, o maior desde o início da série, em agosto de 1999.

O economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores, aponta como causas o desalinhamento das cadeias de produção provocado pela pandemia e as pressões de custos das empresas.

Além disso, com o avanço da vacinação e a reabertura dos serviços, a demanda reprimida reapareceu. Imaizumi observa que os resultados, coletados entre 29 de janeiro e 25 fevereiro, praticamente não captaram os efeitos da guerra nos preços das commodities. A LCA projeta **inflação** de 0,99% para março, índice ligeiramente menor do que o de fevereiro, de 1,01%.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# 'A sociedade é que vai mudar o Brasil'



Para Barbosa, novos padrões de consumo 'vieram para ficar'

## SONIA RACY

Foi há 22 anos que o executivo Fabio Barbosa se deu conta de que uma empresa "não pode ignorar o impacto que causa na sociedade". É do meio ambiente que ele fala - e essa visão o acompanhou numa bem-sucedida carreira que, a partir de um curso de administração na FGV, o levou de início a funções administrativas na Nestlé e no Citibank e depois a presidir, entre outros, Banco Real, Santander, Febraban e Grupo Abril.

Ao longo desses anos, Barbosa - hoje sócio da Gávea e integrando conselhos de Natura, Itaú e Ambev - viu a paisagem à sua volta mudando e emergirem três grupos atuando no mercado. Os consumidores, que incluem o meio ambiente no padrão de suas decisões.

Depois, os investidores, em especial os mais jovens, que se recusam a investir em quem promove o desmatamento.

E ainda os talentos que "não querem trabalhar em uma empresa que não partilhe de sua visão da sociedade".

Na contramão de outros executivos, preocupados com os maus números da economia, Barbosa, nesta conversa com Cenários, se mostra otimista.

"Vejo, no meio ambiente, uma mobilização que me deixa animado.

Jovens com consciência ambiental, mas também social, ética e cidadã que não via na minha geração." A partir disso, uma constatação de peso: "É a sociedade é que vai mudar o País, não o governo". A seguir, trechos da entrevista.

Você está envolvido com a questão do verde, acha que os empresários entraram um pouco tarde no tema?

Poderia dizer que sim, um pouco tarde. Lá atrás isso foi visto como coisa passageira e que conflitava com os objetivos do negócio. Nunca como uma tendência irreversível. Era uma coisa marginal, tipo "põe lá uma pessoa dos recursos humanos, mas não traz para a estratégia do negócio". Hoje o assunto se tornou central.

Quando foi que caiu a sua ficha de que isso tinha de ser olhado de outro modo?

Comecei a mexer com o tema há 22 anos. Caiu a ficha quando vi que a empresa não pode mais ignorar o impacto que ela causa na sociedade e que temos decisões a tomar. Por exemplo, constatar que o banco financiava extração ilegal de madeira no Pará. Mas vimos, também, que há muita empresa querendo trabalhar de forma equilibrada.

Tem empresa que trabalha desde 1986 com preservação e sempre foi ignorada.

Você tem razão. Hoje vemos empresas querendo trazer isso para dentro da estratégia. E por que isso? Porque temos hoje três grupos atuando no mercado.

Um, os consumidores, jovens em particular, que mudaram seu padrão de consumo e querem saber de onde vem o alimento, se foi de área desmatada, se a embalagem plástica é reciclável, se o produto tem muito açúcar, muito sal, muita gordura. Então, as empresas têm de ficar espertas. Segundo, o investidor jovem dizendo "Não quero investir em empresas que fazem desmatamento".

Terceiro, os talentos.

Falo de pessoas que querem trabalhar numa empresa que comungue com ele nessa visão da sociedade. Cada dia vai ter mais consumidores, mais investidores, trazendo ao mercado esse padrão de avaliação.

Como convencer alguém que produz algo por 10 e que, se respeitar as regras ambientais isso vai custar 10 + X? Governos deveriam fazer algo a respeito?

Eu prefiro nem falar de governo entrando nisso. O que eu diria é que existe muito falso dilema, gente achando que é mais caro quando não é. Existem energias alternativas chegando e o custo da energia limpa está muito mais barato. O importante é que, para a empresa, o objetivo não é maximizar o lucro do ano, é perenizar o lucro. Quem não estiver atento a esse novo padrão de consumo vai ficar fora do mercado.

Como vê hoje o Brasil no debate sobre a questão do carbono?

O Brasil tem um potencial enorme para ser uma potência verde na questão do crédito de carbono. Ele é um grande emissor de carbono por causa do desmatamento. Mas a nossa matriz energética é limpa, largamente hidrelétrica, Europa e Estados Unidos têm uma matriz suja. Como disse, temos um novo padrão de consumo.

Não tem autoridade, nada.

Tem lá fora um consumidor que diz "eu não quero carne do Brasil se não for provado que vem de área não desmatada".

O supermercado que prove.

Fora da questão ambiental, como vê as ações do governo na economia?

O mundo inteiro está passando por um problema gigantesco.

Os EUA bateram nos 8% de **inflação** em 12 meses e devem chegar aos 10%. Quanto a nós, passamos 12, 16 anos sem colocar o dedo na ferida. O País era a sétima economia do mundo, hoje é a 15.<sup>a</sup>. O que a gente espera é que tenhamos um horizonte que faça os investidores se sentirem mais à vontade pra investir.

Lá fora temos grupos de empresas ávidas por isso.

Então você está otimista com o futuro do País.

Eu vejo, no meio ambiente, uma mobilização que me deixa animado. O otimismo tem a ver com esse pessoal mais crítico, mais tolerante na questão da diversidade, rígido na ética. E vem também de perceber que a sociedade é que vai mudar o País, não o governo.

Longo prazo

'Meio ambiente importa porque o objetivo da empresa não é lucrar no ano, é perenizar o lucro'

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Guerra aumentou desafio do BC no controle da inflação (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Reacionarismo com aparato estatal - VERA MAGALHAES

**VERA MAGALHAES**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**